

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Maj Inf **DIEGO ARAÚJO DE SOUZA**

**A "Brigada" Fontoura na Revolução
Constitucionalista de 1932: Estudo à luz da Doutrina
Militar Terrestre**



Rio de Janeiro

2022

Maj Inf DIEGO ARAÚJO DE SOUZA

A "Brigada" Fontoura na Revolução Constitucionalista de 1932: Estudo à luz da Doutrina Militar Terrestre

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Orientador: TC NORBERTO VILAS BÔAS HENNEMANN

Rio de Janeiro
2022

S729b Souza, Diego Araújo de

A “Brigada” Fontoura na Revolução Constitucionalista de 1932: Estudo à luz da Doutrina Militar Terrestre. / Diego Araújo de Souza – 2022.

72 f. : il. ; 30 cm.

Orientação: Norberto Vilas Bôas Hennemann

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2022.

Bibliografia: f. 64 – 65.

1. REVOLUÇÃO PAULISTA. 2. DOCTRINA MILITAR
TERRESTRE. 3. BRIGADA. I. Título.

CDD 981.061

Maj Inf DIEGO ARAÚJO DE SOUZA

A "Brigada" Fontoura na Revolução Constitucionalista de 1932: Estudo à luz da Doutrina Militar Terrestre

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Aprovado em _____ de _____ de _____.

COMISSÃO AVALIADORA

Norberto Vilas Bôas Hennemann – Ten Cel Inf - Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Marlos de Mendonça Corrêa – Ten Cel QEM 1º Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Paulo Cesar dos Santos Faria – Ten Cel Med 2º Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

AGRADECIMENTOS

À minha esposa Suelen e filha Maria Clara, pelo amor e apoio incondicional, que tornou possível a consecução deste trabalho.

Aos meus pais Josemar e Tereza Cristina pela educação, criação e amor incondicional.

Ao Ten Cel Hennemann, pelo direcionamento sempre oportuno e pela fidalguia com que orientou este trabalho.

“A Revolução Constitucionalista aberta em São Paulo a 9 de julho de 1932 é um acontecimento que já atravessou as portas do tempo comum para penetrar na perenidade da história. Foi uma daquelas causas pelas quais os homens podem viver com dignidade e morrer com grandeza”. (DONATO, 1982)

RESUMO

Este trabalho aborda a Revolução Constitucionalista, ocorrida de 9 de julho a 4 de outubro de 1932, em São Paulo, tendo como alusão para o estudo a participação da “Brigada” Fontoura, durante seus conflitos armados, sob à ótica da Doutrina Militar Terrestre atual. A Revolução Constitucionalista está diretamente ligada a evolução do processo da construção da democracia e da concretização dos tempos de paz no Brasil, em seu processo contou com a participação proeminente do componente militar, para solução dos conflitos armados. Dentre os integrantes das forças federais estava o bem-sucedido Destacamento Fontoura, baseado no 2º Regimento de Infantaria, que atuou prontamente com suas capacidades operacionais face às batalhas exigidas. De forma sintética, a Revolução Paulista derivou no sucesso das tropas federais do Governo Provisório nos campos de batalha, graças as ações da força militar, o que levou as pretensões dos militares revoltosos paulistas serem anuladas. Dessa maneira, foi aplicada a combinação dos elementos do poder de combate existentes à época alinhados pelos princípios de guerra, utilizados inclusive pela atual Doutrina Militar Terrestre.

Palavras chaves: Revolução, Doutrina Militar Terrestre, Brigada.

ABSTRACT

This work addresses the Constitutionalist Revolution, which took place from July 9 to October 4, 1932, in São Paulo, having as an allusion to the study the participation of the "Brigada" Fontoura, during its armed conflicts, from the perspective of the current Terrestrial Military Doctrine. The Constitutionalist Revolution is directly linked to the evolution of the process of building democracy and the realization of peacetime in Brazil, in its process it had the prominent participation of the military component, for the solution of armed conflicts. Among the members of the federal forces was the successful Detachment Fontoura, based on the 2nd Infantry Regiment, which acted promptly with its operational capabilities in the face of the required battles. Briefly, the Paulista Revolution resulted in the success of the federal troops of the Provisional Government on the battlefields, thanks to the actions of the military force, which led the revolting soldiers of São Paulo to be annulled. In this way, the combination of the elements of combat power existing at the time aligned with the principles of war, even used by the current Terrestrial Military Doctrine, was applied.

Key words: Revolution, Terrestrial Military Doctrine, Brigade.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Propagandas Paulista.....	19
Figura 2	Certificado de doação de ouro.....	20
Figura 3	Trincheiras da Guerra Civil Paulista.....	23
Figura 4	Veículos blindados paulistas	27
Figura 5	Mapa ilustrado de combate de São Paulo.....	28
Figura 6	Elementos do poder de combate.....	38
Figura 7	Mapa esboço da frente Leste	46
Figura 8	Peça de Artilharia usada na Guerra Paulista.....	47
Figura 9	Avião legalista sobre as tropas paulistas.....	50
Figura 10	Campo dos Afonsos durante a revolta de 1932.....	50
Figura 11	Tropas paulistas durante a revolta de 1932	52
Figura 12.	Posição defensiva no Morro Frio em Areias.....	54
Figura 13	Artilharia antiaérea.....	56

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	10
2.	METODOLOGIA	14
3.	CONTEXTO HISTÓRICO	16
3.1	Da República Velha a Revolução de 1930.....	16
3.2	O levante paulista.....	17
4.	A GUERRA CIVIL PAULISTA E SUAS CARACTERÍSTICAS	21
4.1	A Frente Leste ou Vale do Paraíba.....	28
4.2	A Frente Sul ou Paranaense.....	30
4.3	A Frente Mineira.....	31
4.4	A Frente do Mato Grosso.....	32
4.5	A Frente do Litoral.....	32
4.6	Solução dos conflitos armados e resultados da guerra.....	33
4.7	Fatores que contribuíram para a vitória do Governo Provisório.....	34
5.	ASPECTOS TEÓRICOS DA DOCTRINA MILITAR TERRESTRE	36
5.1	Elementos do poder de combate.....	38
5.2	Princípios de guerra adotados pelas Força Terrestre.....	39
5.3	Emprego da Força Terrestre.....	39
6.	A “BRIGADA” FONTOURA	41
7.	A ATUAÇÃO DA “BRIGADA” FONTOURA	45
7.1	Operações em São José do Barreiro.....	45
7.2	Operações em Morro Frio e Areias.....	53
7.3	Operações em Córrego Fundo e Silveiras.....	55
7.4	Operações no Setor Mineiro.....	59
8.	CONCLUSÃO	61

REFERÊNCIAS.....	64
ANEXO A Alerta sobre ação inimiga Ofício 1ª RM/ 1ª DI.....	66
ANEXO B Memento para interrogatório de prisioneiros.....	67
ANEXO C Ofício do General Klinger.....	68
ANEXO D Boletim de Informações do Exército.....	70

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho possui como tema a Revolução Constitucionalista, ocorrida de 9 de julho a 4 de outubro de 1932 (87 dias), em São Paulo, tendo como foco para o estudo a participação durante os conflitos armados do Destacamento Fontoura, uma constituição militar com valor “Brigada”, à luz da Doutrina Militar Terrestre atual.

A Revolução Constitucionalista de 1932 foi um dos maiores conflitos bélicos da história do Brasil. Uma guerra civil¹ que causou cisão parcial e temporária no contexto político e militar na população brasileira, uma luta que obrigou ambas as partes envolvidas a utilizarem o seu componente militar, e dentre suas frações, estavam o Destacamento Fontoura, que atuou como peça de manobra da Tropa Federal em ações de combate contra as Forças Paulistas.

A atuação da “Brigada” Fontoura durante a Revolução Paulista foi pautada pela organização de suas frações, por princípios de guerra e elementos do poder de combate, que em certa medida se assemelharam da atual Doutrina Militar Terrestre (DMT), que em sua premissa direciona a Força na preparação de seus meios e o modo em que serão empregados (BRASIL, 2019).

O cenário conturbado que ficou o Brasil após a revolução de 1930, fragmentou a população brasileira. Com a assunção de Vargas passou a surgir constantes manifestações populares, principalmente no estado de São Paulo, que agregou estudantes, militares, trabalhadores, donas de casa, empresários todos insatisfeitos com os rumos políticos que o presidente estava dando ao país e principalmente para o estado paulista (VILLA, 2008).

Alguns fatos políticos ocorridos na República Velha estão diretamente ligados as causas das insatisfações paulista que levaram a eclosão da Revolução Constitucionalista de 1932. A política estabelecida pelo Governo Provisório de Vargas diminuiu o prestígio paulista, tanto no cenário interno como no nacional, aboliu a Constituição de 1891, deu fim a alternância de poder entre São Paulo e Minas Gerais, e nomeou interventores estaduais sem a participação popular. Todas estas animosidades tomaram vulto e serviram de pano de fundo para o desencadeamento da Revolução Paulista.

¹ “Guerra interna desencadeada por grupos de um Estado, nacionais ou não, contra o governo para substituí-lo ou, pelo menos, forçá-lo a modificar suas normas. Pode ser, também, entre grupos nacionais, em disputa pelo poder ou em busca de uma situação mais favorável” (BRASIL, 2015).

O início da mobilização para os conflitos armados da Revolução Paulista se deu com a união política de dois dos partidos paulistas: o Partido Democrático (PD) e o Partido Republicano Paulista (PRP), que em fevereiro de 1932, passaram a formar uma Frente Única de oposição ao governo provisório de Vargas para exigir um processo de democratização da política brasileira. O resultado deste confronto foram sucessivas manifestações populares e políticas que descontentes com as ações adotadas pelo presidente Vargas, passaram a reivindicar uma maior liberdade política, a implantação de uma nova constituinte e um novo pleito eleitoral. Com os ânimos acirrados em 09 de julho de 1932 foi deflagrada em São Paulo a Revolução Constitucionalista.

O levante paulista não teve a reação em cadeia esperada pelas suas lideranças, pois não houve a adesão dos outros estados da federação. Isto deixou São Paulo de certa forma isolado e enfraquecido para o conflito. Estados como Minas Gerais, Rio Grande do Sul e o Mato Grosso frustraram os paulistas que aguardavam contar com as suas adesões ao movimento. Contudo, São Paulo sendo o estado mais populoso, de grande projeção política e econômica, sentiu-se em condições de dar prosseguimento ao conflito. O Governo Provisório após tomar conhecimento da rebelião partiu de imediato para a mobilização do restante do país, a fim de sufocar o mais rápido possível o movimento revolucionário paulista, colocou Destacamentos militares para compelir os revoltosos.

A Revolução Constitucionalista mobilizou de forma notável os dois lados do conflito, tanto a população paulista, do lado constitucionalista, quanto a população do restante do país, pelo lado governista. O presidente Vargas procurou agir rapidamente acionando as tropas federais por todo o país, contando com a participação de militares das Forças Armadas e das Forças Públicas Militares de diversos estados. Participaram: Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal. Além dos voluntários vindos dos estados: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Das 22 unidades federativas (20 estados, mais o Distrito Federal e o território federal do Acre), pelo menos 18 enviaram tropas voluntárias para a defesa do Governo Provisório. Dentre as frações empregadas estava o Destacamento General Fontoura, comandando pelo General João Guedes da Fontoura, que atuou de 12 de julho a 15 de outubro de 1932, na Frente Leste

Paulista (Vale do Paraíba) e na Frente Mineira, compondo uma das peças de manobra das Forças Federais (HILTON, 1982).

Durante a atividade de pesquisa em fontes primárias no Arquivo Histórico do Exército foi encontrado um profuso relatório do Destacamento Fontoura, organização militar baseado no 2º Regimento de Infantaria, sediado na Vila Militar do Rio de Janeiro, estruturado durante a Revolução Constitucionalista. A partir daí definiu-se o objetivo central desse trabalho balizado pelo seguinte questionamento geral: Quais foram os fatos relevantes apresentados pelo Relatório do Destacamento Fontoura, durante os conflitos da Revolução Constitucionalista, sob a ótica da Doutrina Militar Terrestre?

Para viabilizar a consecução do objetivo geral foram formulados alguns objetivos específicos que serviram de questões de estudo e permitem o entendimento lógico do raciocínio descritivo apresentado neste trabalho, os quais são elencados em seguida:

- a) Compreender o contexto histórico da Revolução Paulista.
- b) Caracterizar os conflitos da Revolução Constitucionalista.
- c) Apresentar os aspectos teóricos da Doutrina Militar Terrestre.
- d) Relacionar as ações da “Brigada” Fontoura sob à luz da Doutrina Militar Terrestre.

Os resultados que se pretendem alcançar com o presente trabalho são apresentar os fatos relevantes da Revolução Constitucionalista no aspecto histórico, com destaques para os feitos da “Brigada” Fontoura à luz da Doutrina Militar Terrestre. De acordo com Marconi e Lakatos (2010, p. 202), uma pesquisa objetiva “relaciona-se com o conteúdo intrínseco, quer dos fenômenos e eventos, quer das ideias estudadas”. Assim, os objetivos, geral e específicos, desse trabalho estão alinhados com esse conceito.

A delimitação do estudo foi balizada pelos fatos ocorridos na Revolução Constitucionalista nos campos político e militar que influenciaram diretamente as ações ocorridas na Frente Leste Paulista (Vale do Paraíba) e na Frente Mineira, com especial atenção as ações que envolveram o Destacamento General Fontoura. Buscou-se focar a situação do Brasil após o término da República Velha e as circunstâncias que determinaram uma cisão momentânea na sociedade brasileira e o seu envolvimento na Revolução de 1932, bem como nas características bélicas alinhadas com a atual Doutrina Militar Terrestre.

Não foram objeto de estudo, as contribuições da Revolução no nível político para o Brasil, as ações dos Governos Federal e Paulista na mobilização de seus contingentes, o detalhamento dos embates a nível tático em outras frentes do conflito, fora a Frente Leste Paulista (Vale do Paraíba) e Frente de Minas Gerais, a atuação dos Destacamentos do Governo Provisório, exceto o Destacamento Fontoura, aspectos logísticos dos combates, estratégias empregadas pelo comando dos revoltosos, bem como as contribuições da mencionada guerra civil para a evolução do armamento militar.

Esse trabalho buscou esclarecer fatos da maior insurreição popular armada ocorrida em solo brasileiro, durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas, servindo de base para ampliar os conhecimentos sobre a enorme mobilização realizada, além de apresentar eventos elencados pelo General Fontoura, por intermédio do seu relatório referente ao seu Destacamento, que atuou do lado das tropas do Governo Provisório.

Apesar da magnitude dos conflitos de 1932, tal assunto ainda é pouco difundido e discutido nas escolas e universidades pelo Brasil, ampliar o debate e estudá-lo é uma necessidade histórica. O tema divide a opinião de historiadores, pois para alguns houve uma manipulação da classe dominante paulista, para outros foi uma legítima expressão popular que ansiava por democracia, porém as características apresentadas pela Revolução, como a grande adesão da população, não deixam dúvidas de que o Estado de São Paulo estava coeso por um ideal.

O presente estudo justifica-se, ainda, por estimular uma discussão embasada num tema histórico militar brasileiro, pois a Revolução Constitucionalista modificou o panorama político em amplo espectro na nação brasileira. Ainda, pretende servir para esclarecer os acontecimentos da Revolução Constitucionalista de 1932, principalmente, no campo militar.

Ainda, esse trabalho pretendeu servir como fonte de pesquisa que elucide os acontecimentos da Revolução de 1932, sob a ótica da Doutrina Militar Terrestre e estimular novas pesquisas sobre o tema, pois há uma vasta documentação ainda a ser analisada, principalmente no Arquivo Histórico do Exército, que possui acervo de diversas fontes primárias sobre a Revolução de Constitucionalista, que até hoje, não foram exploradas por completo, a exemplo do Relatório do Destacamento General Fontoura, que relata a participação da fração militar que atuou em 2 (duas) frentes de combate.

Atualmente a literatura que aborda sobre a Revolução de 1932 possui o enfoque sobre o ponto de vista político e econômico com enfoque nos revolucionários paulistas, deixando de abordar com mais profundidade as atuações que envolvem a participação do Governo Federal no campo militar. O fato do General Fontoura, comandante do Destacamento Fontoura, deixar por escrito os detalhes administrativos e de combate de seu destacamento estimulou a realizar a confecção desta pesquisa, bem como compreender melhor os aspectos da revolta paulista.

2 METODOLOGIA

Nessa seção apresenta-se a metodologia que foi utilizada para desenvolver o trabalho, com intuito de evidenciar o tipo de pesquisa, coleta de dados, tratamento de dados e limitações do método.

O presente trabalho considerou uma abordagem qualitativa, descritiva, exploratória e bibliográfica. A pesquisa é qualitativa, visto que requer procura de fontes de informações em diversas áreas de doutrina militar e histórica. Descritiva porque pretende evidenciar as ações ocorridas durante os eventos da Revolução de 1932. Bibliográfica porque teve sua fundamentação teórico-metodológica baseada na investigação de documentos oficiais, livros, artigos, trabalhos acadêmicos, jornais, revistas e redes eletrônicas de acesso livre ao público em geral.

Esta pesquisa obteve os meios de informação utilizando pesquisa bibliográfica de literatura (livros, trabalhos acadêmicos, jornais, revistas e redes eletrônicas e fontes primárias) de fontes confiáveis e com dados pertinentes aos propostos no referencial teórico. Nesta oportunidade, foi realizada a seleção da documentação utilizada para atingir os objetivos do trabalho. As conclusões decorrentes desta pesquisa permitem entender o conflito de 1932 e a participação do Destacamento Fontoura.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, na qual ficou evidenciada a procura subjetiva de fontes de informação, desde as rasas até as mais profundas, o tratamento dos dados se dará de forma não estatística. Em decorrência, serão empregadas as técnicas de análise de conteúdo, histografia e o método comparativo.

O método escolhido possui limitações, haja vista que por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, limita-se às consultas realizadas pelo autor, que buscou a maior variação possível. Entende-se como de extrema importância a seleção criteriosa das fontes a serem utilizadas no trabalho, a fim de se evitar que a análise subjetiva seja tendenciosa. Com isso, acredita-se que a metodologia escolhida permitirá alcançar com sucesso o objetivo final deste trabalho.

3. CONTEXTO HISTÓRICO

3.1 Da República Velha a Revolução de 1930

A “República Oligárquica” (1894 - 1930) foi caracterizada pela política conhecida como “café com leite”, período no qual o poder presidencial foi revezado pelo poder regional das elites cafeeiras dos dois estados mais poderosos, São Paulo e Minas Gerais. Nesse mesmo período ocorreram diversas agitações de oposição ao domínio das oligarquias que dominavam a política nacional (VILLA, 2010).

Dentre os movimentos contestadores significativos da década de 1920 estava o “tenentismo”, um grupo formado por jovens oficiais, a maioria tenentes, embora tivessem também militares de outras patentes. O movimento desejava mudanças significativas da situação política vigente, eram reacionários às constantes fraudes eleitorais, aos abusos dos políticos, queriam implementar o voto secreto, eleições justas, uma aceleração na industrialização do País e o fim da prioridade para o café na economia brasileira.

O movimento tenentista realizou alguns levantes, sendo o primeiro conhecido como “Os Dezoito do Forte”, iniciado em 05 de julho de 1922, no Forte de Copacabana. Em julho de 1924 ocorre nova rebelião tenentista, desta vez em São Paulo, nesse movimento os rebeldes queriam a renúncia do Presidente Artur Bernardes e conseguiram por certo período dominar a capital paulista, porém se evadiram após avanço das tropas oficiais.

Os revoltosos de São Paulo juntaram-se aos tenentes gaúchos e, a 29 de outubro de 1924, formaram a “Coluna Miguel Prestes”, com liderança de importantes figuras militares como Luís Carlos Prestes, Juarez Távora, Miguel Costa e Isidoro Dias Lopes. O movimento político-militar deslocou-se pelo Brasil até 1927, percorrendo cerca de 25 mil quilômetros, visava reformas político-sociais, mobilização popular para provocar a queda do governo de Artur Bernardes.

Pode se afirmar que uma das principais causas que levaram ao início da Revolução Constitucionalista foi a falta de coesão das Forças Armadas, graças ao envolvimento político dos militares, a falta de uma mentalidade profissional e a desagregação causada pelo tenentismo (RAMOS, 1989).

É importante ressaltar que em 1929 o mundo passava pela grande crise econômica mundial causada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, que

atingiu não só os Estados Unidos da América como também grande parte dos países europeus, que eram os maiores consumidores do café brasileiro. Tal fato marcou o declínio das exportações brasileiras e diminuiu sobremaneira o poder político e econômico da oligarquia cafeeira, corroborando as fragilidades do modelo centrado na agro exportação (VILLA, 2010).

A Revolução de 1930 influenciou diretamente a conjuntura política de São Paulo, e a sua origem passou pela indicação a presidência da República de Washington Luís, que nomeou Júlio Prestes como seu sucessor. Tal atitude não respeitou a tradicional alternância no poder entre São Paulo e Minas Gerais, conhecida como política café com leite. A elite mineira como oposição criou a Aliança Liberal, formada por uma grande coligação de oposição em âmbito nacional, que apoiou a candidatura de Getúlio Vargas e João Pessoa em uma aliança entre Minas Gerais e o Rio Grande Sul.

Em 1º de março de 1930 foram realizadas as eleições presidenciais, os resultados do pleito eleitoral contabilizaram a vitória de Júlio Prestes com cerca de 1,1 milhão de votos contra 737.000 contabilizados para Getúlio Vargas, a oposição na época alegou que o resultado das urnas foi fraudulento (DONATO, 1982).

Essa situação recrudesceu quando João Pessoa, derrotado a vice, acabou sendo assassinado a tiros em Recife, vítima de desafeto pessoal. Tal fato fora usado de forma política pela Aliança Liberal para contestar o pleito eleitoral, planejou-se uma mobilização para tomada do poder antes da assunção de Júlio Prestes.

As Forças Armadas participaram do processo de sucessão presidencial por intermédio de uma junta pacificadora, que foi formada pelos Generais Mena Barreto, Tasso Fragoso e Isaías Noronha. Com apoio de parcela da sociedade brasileira, em novembro de 1930, passado o poder do Executivo para Getúlio Vargas, marcou-se assim o fim da República café com leite.

3.2 O levante paulista

O estado de São Paulo vivenciou significativas transformações políticas com o final da República Velha, sua autonomia política foi modificada pelo Governo Provisório de Vargas ao nomear seu interventor, que além de não ser paulista, atendia aos interesses do poder executivo e não dos cafeicultores. Um desses interventores foi Francisco Morato, que causou os primeiros atritos no estado, logo

seguiu como seu substituto o coronel João Alberto, sem mesmo ter vinculação com a política estadual, o qual a população tratava como forasteiro plebeu.

Durante o Governo de João Alberto setores da Força Pública tentaram um golpe para substituí-lo do poder, porém fracassaram, mas em julho de 1931 houve a sua renúncia. Tal fato não estabilizou os ânimos paulistas com a assunção de Laudo Camargo, que também sofreu as mesmas pressões dos seus antecessores e renunciou em novembro de 1931 (VILLA, 2010).

Após a queda de Laudo Camargo, São Paulo teve como novo interventor o Coronel Manuel Rabelo que governou de 13 de novembro de 1931 até 7 de março de 1932. A exigência paulista era a nomeação de um civil paulista como interventor, em 07 de março de 1932 assume Pedro de Toledo, mas nem assim acabaram os embates do estado com o Governo Provisório (VILLA, 2010).

Em janeiro de 1932 o Partido Democrático (PD) rompeu com Vargas e, em fevereiro do mesmo ano, se aliou ao Partido Republicano Paulista (PRP), formando a Frente Única Paulista (FUP). Inicialmente passaram a exigir um interventor paulista para São Paulo e logo mais reivindicaram a volta do Regime Constitucional (ROSA, 2019).

Em 24 de fevereiro de 1932 foi organizada em São Paulo uma enorme festa pública com objetivo de celebrar o aniversário da Constituição de 1891, que foi suspensa pelo Governo Provisório. Após 3 meses dessa manifestação foi realizado um comício reivindicando nova constituinte. Durante o movimento um grupo tentou invadir o prédio-sede da Legião Revolucionária, na esquina da praça da República, e foram detidos pelas Forças de Segurança Pública. Nesse fato morreram Euclides Bueno Miraguaia, Mário Martins de Almeida, Dráusio Marcondes de Souza e Antônio Américo de Camargo, que logo virariam ícones do movimento Revolucionário constitucionalista.

Em homenagem aos mortos foi criada uma organização paramilitar batizada com as iniciais de seus nomes MMDC, responsável por mobilizar São Paulo para a guerra. Com ela foram criadas as comissões de propaganda nas cidades do interior paulista, que junto à cooperação da polícia e das prefeituras, convenceu o povo a fazer sacrifícios e contribuições para o movimento. “O processo todo tornou-se logo um grande festival de civismo” (HILTON, 1982, p. 104-105).

O estado de São Paulo se mobilizou pela Revolução, foi estabelecida a Comissão Municipal de Alistamento, na qual várias comissões foram criadas para os

mais diversos objetivos como a comissão pró-soldado no *front*, comissão de vigilância sanitária, comissão de embarques e entregas, comissão de alimentação pública dentre outras.



Figura 01: Propagandas paulista contra o Governo Vargas

Fonte: Fonte: ROSA, (2019 a, p. 35)

Vale também destacar a mobilização popular para arrecadação de fundos para compra de novas armas e munições providas pela campanha “ouro para o bem de São Paulo”, lançada no final de julho de 1932 pela Associação Comercial. Nessa campanha diversos paulistas doaram as suas alianças de casamento, por não possuir outras peças para entregar, já os mais ricos doaram diversas pratarias e adereços de alto valor.



Figura 2: Certificado de doação de ouro para a campanha revolucionária emitido pelo Departamento da Campanha do Ouro

Fonte: ROSA, (2019 a, p. 43)

A preparação militar paulista para o levante passou pelo planejamento e liderança do Coronel Euclides Figueiredo, contudo antigos aliados no Rio Grande do Sul e Minas Gerais demonstravam cada vez menos disposição para enfrentar Vargas. Mesmo assim a Força Pública Paulista sob comando do Coronel Marcondes Salgado posicionou oficiais em pontos estratégicos de São Paulo como Campinas, Taubaté, Santos, e Itapetininga, no intuito de facilitar o início da mobilização (ROSA, 2019).

Outro importante aliado dos paulistas foi o General Bertoldo Klinger que antes da Revolução de 1932 comandou a Região Militar do Mato Grosso. Foi um crítico do governo Vargas, sendo destituído e reformado após envio de ofício² ofensivo ao questionar as capacidades de administração do Ministro da Guerra, o que levou a perder o comando de suas tropas que certamente eram esperadas para lutar por São Paulo. Dessa forma, o General Klinger passou a lutar ao lado dos paulistas, porém sozinho, com sua chegada em 12 de julho de 1932 foi recebido com festas e empossado como Comandante Supremo do Exército Constitucionalista (ROSA, 2019).

² Anexo C, p. 68

4. A GUERRA CIVIL PAULISTA E SUAS CARACTERÍSTICAS

Verifica-se que a Guerra Civil Paulista de 1932, quanto ao tipo de forças empregadas pode ser enquadrada como uma guerra **irregular**, que tem a definição segundo Manual de Fundamentos Estratégia - EB20-MF-03.106, como “conflito armado executado por forças não regulares ou por forças regulares empregadas fora dos padrões normais da guerra regular, contra um governo estabelecido ou um poder de ocupação, com o emprego de ações típicas da guerra de guerrilhas”. Também pode ser enquadrada como **insurrecional** que tem por definição “que parte da população empenha-se contra o governo para depô-lo ou obrigá-lo a aceitar as condições que lhe forem impostas” (BRASIL, 2020). Nesse contexto, o estado de São Paulo e parcela do Mato Grosso rebelaram-se contra o restante do País, que mobilizou diversos estados para constituir Destacamentos formados por unidades do Exército e da Polícia Militar com uso materiais, táticas e técnicas militares.

Também os conflitos contra os paulistas de 1932, podem ser enquadrados como uma guerra **convencional**, cuja definição do mesmo Manual é: “conflito armado realizado dentro dos padrões clássicos e com o emprego de armas convencionais, limitada, quer pela extensão da área conflagrada, quer pela amplitude dos efeitos a obter (BRASIL, 2020).

Quanto ao grau de engajamento do poder nacional é caracterizado como **guerra total**, cujo conceito é um conflito armado no qual os beligerantes usam todo o seu poder nacional, sem limitação quanto aos métodos e engenhos e mesmo quanto às leis convencionais de guerra (BRASIL, 2020). Segundo Hilton os paulistas em certos embates não respeitavam padoleiros ou a Cruz Vermelha, por vezes atiravam nos elementos de saúde que executavam os transportes de feridos, além da utilização de simulações de rendições ao acenarem com bandeiras brancas para atacar as tropas federais de forma desprevenida (HILTON, 1982).

Ainda, quanto ao poder relativo dos contendores foi uma **guerra assimétrica** que por definição é um conflito armado que contrapõe duas forças militares que guardam entre si diferenças de capacidades e possibilidades (BRASIL, 2019). Segundo Rosa haviam grandes diferenças entre as tropas, enquanto os paulistas contavam com efetivo de cerca de 40 mil homens originários da Força Pública, entre guardas civis e bombeiros, além dos militares do Exército da guarnição de São Paulo, e por volta de 25 mil soldados eram de contingentes de amadores

voluntários, despreparados para a batalha. Pelo lado federal, possuíam cerca de 300 mil homens integrantes do Exército, Marinha, das polícias estaduais e da Aviação do Exército, com doutrina capaz de reprimir os revoltosos (ROSA, 2019).

Quanto à nacionalidade dos contendores pode ser vista como uma **guerra interna**, pois foi um conflito armado no interior do Brasil, sem o envolvimento de outra nação em apoio de qualquer lado dos contendores (BRASIL, 2020). Tal fato ficou evidenciado graças aos bloqueios físicos no setor leste e do litoral no Porto de Santos e das ações diplomáticas do Governo Federal para que as nações estrangeiras não dessem suporte ou reconhecimento político aos revoltosos (HILTON, 1982)

O General de Divisão Francisco Ramos de Andrade Neves, como Chefe do Estado Maior do Exército em 1932, teve a preocupação em mandar proceder estudos sobre as operações realizadas durante os combates contra os paulistas, que concluídos chegaram a tal afirmação:

As operações ocorridas na Revolução Constitucionalista revelaram um notável progresso da doutrina de emprego da tropa e quanto à organização e funcionamento dos diversos serviços. Atribuía o fato à competente colaboração dos oficiais de estado-maior nos diversos destacamentos que aplicaram os métodos preconizados pela Missão Militar Francesa (BANHA, 1984, apud NEVES, 1932).

Nota-se que as características dos combates da Revolução Paulista foram semelhantes aos combates da 1ª Guerra Mundial, travados em trincheiras, típicas dos conflitos de 2ª geração, graças a doutrina militar aplicada à época advinda da Missão Militar Francesa e das dificuldades para o movimento e manobra das tropas, seus contendores usaram-se da máxima francesa: “a artilharia conquista, a infantaria ocupa” (BRASIL, 1972). O jornalista Arnon de Melo descreveu os conflitos paulistas como: “Guerra de trincheira, guerra de montanha, de montes, guerra rude, em terreno acidentado, que dificulta extraordinariamente as operações militares” (HILTON, 1982).



Figura 03: Trincheiras da Guerra Civil Paulista

Fonte: ROSA, (2019 a, p.91)

Na composição das tropas federais não havia somente integrantes do Exército, além de deslocar unidades de outras áreas do território nacional, foi recorrido o apoio dos Batalhões de voluntários, elementos das polícias estaduais e mercenários fugidos da seca do Nordeste, sendo incentivados a aderir ao embate graças a propaganda do governo com o discurso que São Paulo teria objetivos separatistas, somaram cerca de 300 mil a 350 mil homens (ROSA, 2019).

Já as tropas paulistas foram compostas por amplo apoio de todos os setores da sociedade, pegaram em armas intelectuais, industriais, comerciantes, estudantes, acadêmicos, além dos militares e policiais do estado paulista (SILVA, 2010). Segundo Luiz Octavio de Lima “A adesão das guarnições militares paulista era total nas primeiras horas do dia 10 de julho. Entre elas contava-se a do 4º Regimento de Infantaria, sediado no quartel de Quitaúna, no bairro de Osasco”. Ao todo os paulistas constituíram-se por volta de **40 mil combatentes armados**, apesar de se apresentarem cerca de 60 mil voluntários, como não havia armamentos disponível para todos não foi possível aumentar seu poder de combate (ROSA, 2019).

No que se refere aos objetivos dos contendores, foram definidos conforme Donato:

Os dois lados combateram, mataram e morreram em nome do Brasil. Para uns, eleições livres e Constituição soberana eram essenciais. Para outros, indispensável era manter o regime discricionário instalado em 1930,

permitindo reformas profundas e radicais inviáveis sob o regime da discussão e do tráfego político (DONATO, 1982).

Segundo a Doutrina Militar Terrestre “a concepção da ação estratégica militar deve estar calcada no(s) objetivo(s) que o Estado pretende atingir e no estado final desejado ao término do conflito”, esse objetivo é denominado objetivo político de guerra. Dessa forma, os revoltosos políticos paulistas tinham como **objetivos políticos** de guerra a substituição do Governo Federal, a elaboração e promulgação de uma nova constituinte, denominando-se um movimento revolucionário de caráter constitucionalista. Em oposição aos que davam suporte a Vargas, que trataram o levante como insurreição reacionária paulista. Queriam a manutenção do “status quo” do Presidente e a rendição incondicional dos revoltosos.

Conforme o Manual fundamentos da Estratégia EB 20 MF 03.106 os objetivos estratégicos são definidos como aqueles “cuja conquista, destruição ou neutralização contribuem para abater a estrutura política, militar, científico-tecnológica, psicossocial ou econômica do oponente, privando-o dos recursos necessários ao prosseguimento da guerra” (BRASIL, 2020). Dentre os objetivos voltados para expressão militar destacaram-se para os paulistas a ocupação do centro do Poder Nacional (Rio de Janeiro), quando se lançaram em ofensiva para a capital Federal, a conquista e manutenção de áreas estratégicas, quando ocuparam rodovias, pontes, túneis em ações militares, que visaram ganhar tempo para outras ações, obtenção do controle da população, através do uso de propagandas contra o Governo de Vargas e a neutralização das forças militares que não aderiram ao levante. Quanto ao Governo Provisório entre os objetivos estratégicos estavam a neutralização das forças paulistas, o corte do fluxo de suprimento, por intermédio do bloqueio do litoral e do Mato Grosso e a conquista das vias de acesso do entorno do estado de São Paulo.

Quanto ao campo de atuação da estratégia nacional ambos os contentores se utilizaram de **manobra interior**, que segundo manual de estratégia EB 20 MF 03.106 é caracterizada por desenvolver e manter na zona de conflito as forças morais da população e das forças regulares amigas, por intermédio da exploração de ideias forças como patriotismo, liberdade e democracia (BRASIL,2020). Dessa maneira, a Guerra Paulista foi travada também no aspecto psicológico, ambos os lados recorreram aos instrumentos de propaganda, que visavam provocar a divisão

e a desconfiança da população brasileira, além de diminuir o moral e o ânimo para os combates inimigos. A exemplo disto, Cesar Ladeira ficou conhecido como a voz da Revolução Paulista, em seu programa no rádio realizava veementes discursos nos quais exortava a população a lutar e resistir ao governo que infringia a Constituição do país (BRASIL, 1972).

No que tange a **manobra exterior** que é definida, conforme manual de estratégia EB 20 MF 03.106, em assegurar o máximo de liberdade de ação, usando o apoio países amigos ou simpatizantes, além da opinião pública internacional, foram executadas também por ambos os lados, sendo exitosa apenas pelo Governo provisório. Segundo Hilton o Itamarati usou a diplomacia e procurou minimizar os atritos internacionais contra a propaganda constitucionalista, conseguiu impedir também a compra em mercados estrangeiros de armamentos e outros produtos críticos pelos revoltosos, tanto no cone Sul como nos Estados Unidos da América, segundo Hilton o acontecimento externo tão almejado por São Paulo não se materializou, exceto pelos aviões comprados no Chile, não sendo possível conseguir armas, munições nem reconhecimento político (HILTON, 1982).

Quanto ao terreno um dos pontos compensatórios para o lado paulista até certo momento da guerra foi a utilização dos acidentes do terreno que facilitavam a ocupação defensiva, além do emprego de estruturas ou acidentes capitais como pontes, túneis, pistas de pouso e morros ao seu favor. Desse modo, conseguiram se entrincheirar bem e prolongar os conflitos por quase 3 meses.

O **centro de gravidade** segundo a Doutrina Militar Terrestre é uma fonte de força, poder e resistência física que confere ao contendor a liberdade de ação para empregar todo seu poder combativo, sendo que, uma vez conquistado, poderá resultar no desequilíbrio de sustentação de poder, atua como ponto de coesão das forças. Na guerra paulista de 1932 podem ser relacionados como centro de gravidade para os revoltosos paulistas a capacidade logística de suprimentos no aspecto tático, para se manterem em combate, e a liderança do General Bertoldo Klinger no campo político, já para as tropas federais pode-se inferir que foram a opinião pública do restante do País a favor do governo provisório e o próprio Presidente Vargas.

Quanto ao aspecto psicossocial podemos destacar os efeitos da guerra para a população no interior de São Paulo, principalmente nas cidades que foram palco dos conflitos armados, foram numerosos os testemunhos federais sobre

depredações praticadas pelas tropas paulistas, “casas arrombadas, incendiadas, utensílios quebrados, farmácias, as casas de negócio, todos tinham sofrido roubo considerável” relatou o então 1º tenente M. Poppe de Figueiredo, na época servindo em um batalhão de engenharia no Vale do Paraíba. As pontes e pontilhões sobre o rio Paraíba, estradas em Lavrinha, Cruzeiro, Silveiras, Pinheiros, Jataí, Embaú, Cachoeira e Canas foram dinamitadas e destruídas para impossibilitar o avanço federal são outros exemplos da estratégia constitucionalista usada durante os seus retraimentos (HILTON, 1982).

Quanto às considerações civis, a segurança da população nas zonas militares foi alvo de preocupação do Exército em todo o conflito. O general Góis de Monteiro, comandante do Destacamento do Exército³ Leste Federal, a exemplo disso, determinou na frente Leste que seus comandantes de Destacamentos nomeassem um “prefeito militar” para cada localidade por trás das linhas. “A ocupação militar não importa na destituição das autoridades civis, que devem, tanto quanto possível, ser conservadas”, determinou como obrigação de proteger habitantes contra pilhagem ou atos de qualquer violência por parte das tropas (HILTON, 1982).

A guerra paulista também foi caracterizada pela mobilização industrial voltada para ampliação de armas. Segundo Rosa, São Paulo fabricava cerca de 25 mil cartuchos e 25 mil granadas de mão por dia, a partir da Revolução esse número passou para 220 mil cartuchos e 220 mil granadas. A Federação das indústrias paulistas, em parceria com a Associação Comercial, Escola Politécnica e o Instituto de Engenharia permitiram o desenvolvimento de armamentos, munições, e equipamentos voltados para suprir os constitucionalistas, não faltou esforço da iniciativa privada para o levante. Em São Bernardo funcionava a Fábrica Nacional de Cartuchos e Munições e em Piquete existia uma fábrica de pólvora para atender as demandas de suprimentos das armas automáticas e de morteiros, o que fizeram delas áreas vitais para manutenção dos revoltosos nos combates (ROSA, 2019).

³ Destacamento do Exército Leste pode ser considerado um Corpo de Exército, pois tinha em sua constituição a 1ª Divisão de Infantaria e a 4ª Divisão de Infantaria que atuaram no Vale do Paraíba e na frente mineira, respectivamente.



Figura 04: Veículos blindados paulistas que entraram na “mitologia” da Revolução
Fonte: ROSA, (2019 a, p. 66)

Pelo lado Federal foi constatada grande crise de material e de recursos humanos de grandes proporções, relatada em documentações dos líderes militares, como relatada pelo General Góis Monteiro “...útil temperar o espírito para uma guerra perseverante e demorada em consequência da deficiência dos meios que dispomos para lutar contra o fanatismo que a plutocracia paulista cultiva em seu proveito...”. A falta de recursos humanos foi resolvida com a convocação de reservistas e a mobilização de forças irregulares provisórias, diversos interventores ofereceram unidades policiais e voluntários, assegurados pelo apoio financeiro federal. Alimentar o grande efetivo, cerca de 100.000 (cem mil homens), era um grande desafio, cuja solução era demandada do serviço militar de abastecimento, que por sua vez necessitava de transportes, compras ou requisições do mercado local. No período do inverno a questão do vestuário tornou-se também um problema sério, pois alguns Destacamentos atuaram em regiões montanhosas do Vale do Paraíba e no sul de Minas Gerais, o sofrimento da tropa por causa do clima e terreno foram grandes. O governo intensificou o trabalho nas fábricas militares, encomendando material bélico no exterior, mobilizando a indústria privada que forneceu roupas, tecidos, barracas, cobertores entre outros materiais. A importação de pólvora e armas foram por intermédio da empresa Dupont, aviões da Waco e Curtiss, pistolas e revólveres da Colt, munições e armas da Haupt & Cia que representava fabricantes da Áustria, Suécia, Holanda e Alemanha, capacetes,

máscaras contra gases e aviões foram encomendados da Inglaterra e canhões antiaéreos e metralhadoras da Dinamarca. Assim o governo fez o possível para tentar equipar suas tropas (HILTON, 1982).

O início dos conflitos foi capitulado com o envio de comboios de tropas paulistas para Cachoeiras e Silveiras, no Vale do Paraíba. A comanda do Coronel Euclides Figueiredo foi tomada a estrada com um pelotão entre São Paulo e Rio de Janeiro. Em Queluz os paulistas arrancaram os trilhos e dormentes da ferrovia que interrompeu a ligação entre os estados. Ainda, o movimento concentrou-se em Cruzeiro próximo a Minas Gerais (LIMA, 2018).

Os combates foram realizados em 5 (cinco) frentes de combates distintas, que serão resumidas a seguir:



Figura 05: Mapa ilustrado de combate de São Paulo de José Wasth Rodrigues, impresso pela gráfica Weiss

Fonte: ROSA, (2019 a, p. 74)

4.1 A frente Leste ou do Vale do Paraíba

A Frente do Vale do Paraíba, também chamada de Frente Leste pelo Governo Vargas, foi uma das mais relevantes, por sua proximidade do Rio de Janeiro, capital federal da época. Dispôs-se por vários pontos como Aparecida, Guaratinguetá,

Cachoeira, Cruzeiro, Vila Queimada, Queluz, Engenheiro Bianor, **Areias, Silveiras, São José do Barreiro**, Bananal e Cunha (ROSA, 2019, grifo nosso).

Os principais embates no Vale do Paraíba aconteceram nos meses de julho, agosto e setembro de 1932, no setor Túnel da Mantiqueira, Cunha, Queluz, Engenho Bianor, Areias, Morro Verde, Morro da Pedreira, Vila Queimada, Lorena, Cruzeiro e Aparecida até o recuo para Guaratinguetá (ROSA, 2019).

Compunham as tropas federais nesse setor o 1º e 3º Regimentos de Infantaria do Distrito Federal, tropas da 1ª e da 4ª Regiões Militares, de polícias dos estados do Norte, fuzileiros navais e marinheiros, num total de 20 mil homens apoiados por artilharia e aviação, sendo divididas em: Destacamento Daltro Filho, Destacamento Cristóvão Ferreira, **Destacamento Fontoura**, Destacamento Colatino Marques e Destacamento Newton Cavalcanti, com cerca de 20.000 (vinte mil) homens (ROSA, 2019).

As tropas paulistas que combateram nessa frente foram formadas pelas **Forças Públicas**: o 3º Batalhão de Caçadores Paulistas, 7º Batalhão de Caçadores Paulistas, Bombardas da Guarda Civil. Lutaram também as **Unidades Independentes** que foram: 1º Batalhão Paulista da Milícia Civil, 6º Batalhão de Caçadores da Reserva. **Tropas do Exército**: 4º Regimento de Infantaria, de Quintaúna, 6º Regimento de Infantaria de Caçapava, 10º Regimento Independente, de Bela Vista Mato Grosso, 18º Batalhão de Caçadores, de Campo Grande, Mato Grosso. Além dos Batalhões Voluntários: Coluna Alta Araraquarense, Batalhão Leme, Batalhão Francisco Glicério, Batalhão Veteranos de Campinas, Batalhão de Caçadores Franicanos, Batalhão 23 de Maio, Batalhão Paes Leme, Batalhão Rio Grande do Norte, Batalhão Marcondes Salgado, Batalhão de Engenharia, Batalhão Caçadores de Piratininga, Batalhão Anhanguera, Batalhão Esportivo, Batalhão Nossa Senhora de Aparecida, Batalhão Princesa Isabel, Batalhão 9 de Julho, Batalhão General Osório, Batalhão Brás, Batalhão Raposo Tavares, Legião Paulista, 2º Batalhão de Justiça, Batalhão do Professorado, Batalhão 8 de setembro, Batalhão Pinhalense de Voluntários de Rio Preto, Batalhão Constitucionalista e Presidente Prudente, Batalhão Catanduvense e Batalhão Noroeste Paulista (ROSA, 2019).

Pelo lado governista nessa Frente as tropas estavam a comando do General Góis de Monteiro, Comandante do Destacamento de Exército Leste, já do lado paulista estava sob a liderança do Coronel Euclides Figueiredo, Comandante da 2ª Divisão de Infantaria em Operações, o que caracterizaram a **unidade de comando**

de ambos os contendores na região. Tão logo eclodiu o levante em São Paulo as forças governistas permaneceram de prontidão em Resende, Rio de Janeiro, a partir das 18 horas de 9 de julho. Um dos objetivos principais era bloquear a Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) e a rodovia Rio de Janeiro São Paulo para impedir um ataque de surpresa à capital federal.

O 2º Regimento de Infantaria, comandado pelo Coronel João Guedes **Fontoura**, enquadrado na 1ª Divisão de Infantaria, foi uma das primeiras tropas federais a atuar na região, que recebeu ordem para se deslocar para o vale do Paraíba pela rodovia que ligava o Rio de Janeiro a São Paulo. Sua vanguarda composta por um Batalhão partiria na noite do dia 10 de julho para Formosa. O grosso iniciaria seu deslocamento após a meia-noite (RAMOS, 1989). Dessa maneira, os primeiros integrantes da “Brigada” Fontoura iniciaram os primeiros passos contra a Revolução paulista.

Em 10 de julho os paulistas já ocupavam o túnel da Mantiqueira, próximo a cidade de Passo Quatro, entre São Paulo e Minas Gerais, com vários pontos de suas elevações estabelecidos como posições defensivas. A 13 de julho os primeiros embates foram iniciados no setor Túnel, tendo as tropas federais atacado os paulistas engajados por militares do 2º Grupamento de Caçadores Paulista, sob comando do coronel Arcy da Rocha Nóbrega, sendo que tal posição resistiu até 8 de setembro de 1932, como um dos mais longos combates de toda campanha paulista, que se tornou o símbolo da resistência (ROSA, 2019).

Os combates nessa frente forçaram os constitucionalistas a realizarem diversos retraimentos, assim os paulistas aplicaram a política de “terra arrasada”, destruíram tudo o que podiam nas cidades por eles abandonadas, para não deixar cair nas mãos dos federais (HILTON, 1982).

4.2 A frente Sul ou Paranaense

A Frente Sul foi direcionada sob a estrada de ferro Sorocabana -Itararé, Faxina, Buri, Victorino Carmilo, Itapetininga, tendo como setores principais de ações paulistas o do baixo Paranapanema, sob comando do Coronel Pedro Dias, e outro de Itararé comandado pelo Coronel Brasília Taborda, que atuou em Ribeira nos eixos rodoviários e ferroviários (DONATO, 1982).

Atuaram nessa frente pelo lado do governo provisório a comando do General Waldomiro de Castilho, dividido nos Destacamentos: Silva Júnior; Dorneles; Saião; Boanerges e Plaisant, compostos pela maioria das tropas do Sul do País, como o 13º, 14º e 15º Batalhões de Caçadores e algumas do Rio de Janeiro. Os principais embates do setor foram em Buri, Apiaí, Fartura, Carmillo, Cerrado, Balsa, Fundão, Rio das Almas e Salto (ROSA, 2019).

As atividades iniciais nessa Frente restringiam-se a patrulhas de reconhecimento e contatos de pequenas frações, a hesitação das forças constitucionistas em realizar ações ofensivas facilitaram a aproximação das tropas gaúchas do governo provisório sobre São Paulo, que reforçou a passagem pelo Paraná com forças do exército que não estavam engajadas (BRASIL, 1972). Destaca-se que os embates mais violentos aconteceram na cidade de Buri.

Nessa frente era esperado pelos paulistas um apoio externo do Sul, contudo ao invés de aliados ganharam mais inimigos ao confrontar cerca de 6000 mil soldados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, o que levou a partir de Itararé a derrotas sucessivas com várias rendições em massa.

4.3 A frente mineira

Na frente mineira os revoltosos paulistas optaram por colocar efetivos em pontos de vigilância ao longo de estradas e rodovias em posições defensivas em Bragança, Campinas, Mogi-Mirim, São José do Rio Pardo e Ribeirão Preto. As tropas Governistas, enquadradas pelo Destacamento de Exército Leste, foram formadas pela 4ª Divisão de Infantaria, comandada pelo General Jorge Pinheiro com seus Destacamentos: Cláudio Barcelos e Manuel Rabelo, formados por tropas de Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Pará, Goiás e Mato Grosso.

Assim como no Vale do Paraíba os paulistas contaram com acidentes geográficos para apoiar suas posições defensivas “lançaram mãos dos rios da região e da Serra da Mantiqueira” (ROSA, 2019).

Destacou-se a atuação do Capitão Romão Gomes por parte dos revoltosos com sua coluna de combate utilizando técnicas de guerrilha, que ficou conhecida como invicta, que pode ganhar tempo para retirada das tropas paulistas da região após a situação colapsada de munições e armamentos (ROSA, 2019).

4.4 A frente do Mato Grosso

Na frente do Mato Grosso houve embates importantes para o controle de Porto Murtinho, área vital para a exportação de café haja vista que o porto de Santos estava bloqueado por tropas governistas. O setor dividia-se em cinco áreas de combate Bela Vista, Porto Esperança, Campo Grande- Cuiabá, Três Lagoas e Setor Fluvial. O comando das tropas governistas estava delegado ao coronel Manuel Rabello, vinculado inicialmente ao Destacamento do Exército do Leste, que atuou via Santana do Paranaíba, Porto do Tabuado (BENTO, 1992).

Os integrantes do estado de Mato Grosso foram os únicos a se aliarem ao movimento paulista, após a deflagração da revolta a porção sul, atualmente do Mato Grosso do Sul, declaram-se emancipados, denominaram como estado de Maracaju com capital em Campo Grande e liderança de Vespasiano Barbosa Martins.

A região de Maracaju foi de livre trânsito para os paulistas, inclusive para quem fugia dos conflitos até o início de outubro de 1932.

4.5 A Frente do Litoral

A Frente do Litoral foi caracterizada pela centralização a partir do porto de Santos de bloqueio da armada, realizado pela 1ª Divisão Naval, comandada pelo Comandante Américo Ferraz de Castro, cujo objetivo era fechar os contatos de São Paulo com o exterior. Foram montadas linhas de vigilância dos elementos navais do governo, impedindo o reforço, remuniamento e ressuprimento paulista.

O forte de Itaipu foi usado como elemento de defesa paulista, pela guarnição do 6º Batalhão de Caçadores Paulista e uma Companhia do 5º Regimento de Infantaria e outra do 6º Regimento de Infantaria, o que levou a serem alvos para ataques aéreos do Governo Provisório (DONATO, 1982).

Dessa maneira, as forças governistas alcançaram pleno êxito no isolamento, tendo a maior consequência do sucesso a debilidade dos constitucionalistas devido a problemas logísticos.

4.6 Solução dos conflitos armados e resultados da guerra

No mês de setembro de 1932 as Forças paulistas estavam em situação crítica, exceto na frente sul, a rendição era constantemente debatida entre os revoltosos. O isolamento de São Paulo, aliado aos problemas logísticos como falta de munição, armamento, combustíveis era cada vez mais proeminente. As derrotas nas frentes mineira e no Vale do Paraíba aproximaram as lideranças paulistas a estabelecerem acordos para a rendição (VILLA, 2010).

No dia 29 de setembro o General Klinger enviou mensagem por rádio para negociar o fim dos conflitos armados para “não causar à nação mais sacrifícios de vidas, nem mais danos materiais, o comando paulista propõe imediata suspensão das hostilidades em todas as frentes” (VILLA, 2010).

A Força Pública de São Paulo que representava a maioria dos oficiais e praças da força constitucionalista manteve-se a frente para capitular a rendição total dos paulistas, durante todo processo ocorreram uma série de divergências para a cessação da luta. Em 2 de outubro o armistício ou rendição fora assinada, o que caiu mal entre vários paulistas, que consideravam um ato de traição, pois muitos ainda acreditavam na vitória ou desejavam por termos mais brandos de capitulação (ROSA, 2019).

O Coronel Herculano de Carvalho foi responsável por assinar o acordo com o Governo Federal conforme comunicado abaixo:

Ao povo à Força Pública do Estado, pela unanimidade dos seus membros. acaba de aceitar o alvitre de propor-se armistício para negociação da cessação das hostilidades, de acordo com o comandante em Chefe das Forças Constitucionalistas, Sr. general Klinger. Este seu gesto, após tantos dias de cruentas lutas, em que se derramou, em ambos os campos combatentes, profusamente, o nobre sangue brasileiro, é uma necessidade de ordem superior e o povo glorioso de São Paulo, de cuja alma somos parcela, mais dias, menos dias, haverá por bem interpretá-lo como sendo o único compatível com o momento que atravessamos e que a história registrará na fria análise dos fatos. Essa resistência prolongada, que põe em realce o denodo dos nossos combatentes e a robusta organização das nossas instituições e que não terá escapado á preclara visão dos nossos irmãos adversários nesta fase histórica, deve orgulhar São Paulo. Mas prolongá-la sem procurar por outras vias a solução do problema político que

o Estado se impusera com o desenrolar dos acontecimentos de 9 de julho, é prolongar a asfixia em todos os ramos de nossa atividade, é prolongar o sofrimento da família brasileira, é prolongar a destruição das cidades e a devastação dos campos em procura de uma finalidade cuja solução, pelas armas, se nos torna impossível. O povo de São Paulo, estamos plenamente convencidos, fará justiça a sua Força Pública que, colaborando num entendimento para cessação das hostilidades, dá, mais uma vez, prova do seu sentimento de patriotismo e de brasilidade em benefício do nosso querido Estado. Talvez seja de angustiosa surpresa o atual procedimento das Forças Constitucionalistas; mas é que o povo mui pouco conhecia do desenrolar dos acontecimentos que, pelas notícias da Imprensa, se lhe apresentava como precursores de vitória certa e rápida. São Paulo, 29 de setembro de 1932 (SILVA, 1932).

Com o fim das hostilidades os líderes da Revolução Paulista foram para a prisão e exílio em Portugal. Mesmo com a derrota militar, os paulistas viram o fortalecimento do projeto liberal e constitucionalizante ser concretizado com a Constituição de 1934 (ROSA, 2019).

4.7 Fatores que contribuíram para vitória do Governo Federal

A espera ou hesitação para atuar na ofensiva de forma mais ampla ao deflagrar a guerra, devido a muitos questionamentos de levar a decisão política pelas armas, além da ausência de ligações físicas com os revoltosos do Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Minas Gerais provocou a diluição dos movimentos nos demais Estados (DONATO, 1982). Dessa maneira, permitiu que o Governo Federal articulasse a resposta rápida contra o movimento paulista, sendo assim um dos fatores decisivos para derrocada do movimento paulista.

Segundo a “História do Exército Brasileiro”

“as causas do sucesso governista foram o envolvimento imediato de todo território conflagrado, aliado à ação política preventiva de adesão ou cisões no bloco governamental, obrigando, desde logo, a força constitucionalista a combater em três frentes importantes... o desenvolvimento de eficaz ação diplomática, impedindo o reconhecimento do estado de beligerância, por parte de qualquer outra Nação... Constituição de grandes comandos e

grandes unidades, comparativamente superiores, servindo por adequado apoio logístico” (DONATO, apud ,1982, p. 133).

Hernani também ressaltou que houve despreparo militar da força paulista na época, tanto no campo material como no pessoal, ressentiam-se de falta de quadros para o efetivo enorme de voluntários recebido. Havia muita improvisação de grandes unidades com dificuldades de meios inclusive para as comunicações (DONATO, 1982)

A descentralização das operações de combate permitiu aos diversos comandantes de Destacamento do Governo Provisório agirem com liberdade de ação, respondendo de forma rápida e assertiva aos ataques paulistas, o que desgastou as tropas constitucionalistas ao longo do tempo, além de dificultar as ações das tropas paulista pelo combate em várias frentes.

5. ASPECTOS TEORICOS DA DOCTRINA MILITAR TERRESTRE

A Doutrina Militar Terrestre (DMT) atual é definida como conjunto de valores, fundamentos, conceitos, concepções, táticas, técnicas, normas e procedimentos da Força Terrestre, que possuem o objetivo de direcionar a Força na preparação de seus meios, levando em conta o modo de emprego mais provável, em operações (BRASIL, 2019).

Nessa seção abordou-se alguns aspectos da Doutrina Militar Terrestre atual que se relacionam com os conflitos da Guerra Paulista de 1932. Cabe ressaltar, que esses conceitos foram evoluindo com a modernização do Exército Brasileiro, ao longo de sua história e que vários destes ainda não estavam consolidados durante a Revolução Constitucionalista, porém algumas dessas apreciações como táticas, técnicas e princípios de guerra foram aplicados de acordo com as capacidades disponíveis à época.

Ressalta-se que até o início do Século XX, o Exército Brasileiro não empreendia uma atenção especial à Doutrina Militar. Os manuais de emprego das armas do Exército restringiam-se ao nível Batalhão sem coordenação entre si. A exemplo disso é o Decreto nº 705, de 5 de outubro de 1850, do governo imperial brasileiro que determinava:

“Convindo regularizar as manobras e exercícios das diferentes armas do Exército, Hei por bem Decretar o seguinte. Art. 1º São adaptadas para a arma d’Artilharia as Instruções organizadas pela Comissão de Prática da Artilharia para o serviço das diferentes bocas de fogo montadas em reparos á Onofre; regulando para a Artilharia montada as Instruções organizadas pelo Marechal de Campo João Carlos Pardal, e para as manobras das Baterias de Campanha as da Guarda Real Francesa. Art. 2º Para a arma de Cavalaria he adotado o Regulamento do Marechal General Lord Beresford, aprovado para o Exército Português por Decreto de seis de março de mil oitocentos e dezesseis. Art. 3º Para a arma de Infantaria seria adotado o sistema de Bernardo Antônio Zagalo, oficial do Exército Português” (BRASIL, 1850).

Dessa forma, a artilharia seguia o manual do Marechal Pardal, escrito no Brasil por um militar brasileiro, e parte dos manuais franceses; a cavalaria era balizada pelo regulamento Beresford, lançado em Portugal por um militar inglês,

praticamente cópia do manual inglês; e a infantaria adotava o regulamento Zagalo, escrito em Portugal por um militar português (SCHRAMM, 2018).

Nos anos de 1905 até 1912, o Brasil enviou para a Alemanha grupos de oficiais para tomarem conhecimento da organização e do preparo de um dos exércitos de referência da época, o alemão, com intuito de melhorar o preparo e emprego da Força Terrestre. Esse grupo de oficiais ficou conhecido como de “jovens turcos”. Ao regressarem para o Brasil, o grupo dos “jovens turcos” criou, em 1913, a revista “A Defesa Nacional” (SCHRAMM, 2018).

Em 1919, com o objetivo de ter um Exército adequado e moderno à dimensão da Pátria, o Brasil contratou uma missão militar formada por oficiais franceses para reorganizar a Força Terrestre. Foi a Missão Militar Francesa (MMF), que ficou no Brasil até 1940. Os reflexos da MMF no Brasil ficaram mais evidentes durante a Revolução Constitucionalista de 1932. Um estudo das operações realizado pelo General de Divisão Francisco Ramos de Andrade Neves, concluiu que:

“As operações ocorridas na Revolução Constitucionalista revelaram um notável progresso da doutrina de emprego da tropa e quanto à organização e funcionamento dos diversos serviços. Atribuía o fato à competente colaboração dos oficiais de estado-maior nos diversos destacamentos que aplicaram os métodos preconizados pela Missão Militar Francesa (JUNIOR, 2013, apud NEVES, 1984).

É importante destacar que a evolução da organização Militar Terrestre da década de 1950, influenciada pela participação da Força Expedicionária Brasileira na 2ª Guerra Mundial, passou a constituir grandes unidades como os escalões Brigadas de Infantaria e Cavalaria que tinham composição variável, quando isoladas (BRASIL, 1972). Dessa forma, o escalão Brigada em 1932 ainda não estava instituído no Exército Brasileiro, porém em certas proporções os Destacamentos formados a partir dos Regimentos de Infantaria ou Cavalaria, pelo Governo Provisório atuaram de forma semelhante.

A seguir serão abordados os elementos do poder de combate, princípios de guerra e quanto ao emprego da Força Militar Terrestre brasileira.

5.1 Elementos do poder de combate

Os elementos do poder de combate terrestre são considerados a base das capacidades que a Força Terrestre emprega nos casos de conflito armado ou mesmo em situações de não guerra, são eles: **Liderança, Informações e as Funções de Combate**. Dessa maneira, os elementos do poder de combate são utilizados de forma convergente, direcionados e organizados para anular as ameaças (BRASIL, 2019).



Figura 06: Elementos do poder de combate

Fonte: Manual EB20-MF-10.102 Manual de fundamentos Doutrina Militar Terrestre

Segundo Manual de Doutrina Militar Terrestre as Funções de combate são “conjuntos de atividades, tarefas e sistemas inter-relacionados, realizados por unidades das diferentes armas, quadros e serviços do Exército”. Estão relacionadas na forma de abordagem para a resolução dos problemas militares que consideram as funcionalidades de todas as tarefas sob responsabilidade das Unidades da Força Terrestre em operações. As Funções de combate são divididas em **Comando e Controle, Movimento e Manobra, Inteligência, Fogos, Logística e Proteção**. Ressalta-se que os demais elementos do poder de combate serão relacionados e definidos na seção atuação da “Brigada” Fontoura.

5.2 Princípios de guerra adotados pelas Forças Armadas brasileiras

Segundo o manual de Doutrina Militar Terrestre os princípios adotados por um país não se aplicam necessariamente a outros, podendo variar até mesmo entre as Forças Armadas de um mesmo país, graças às diferentes naturezas dos cenários. Não há uma ordem de prioridade para a escolha ou enumeração dos princípios. (BRASIL, 2019). Dessa forma, a importância de cada um em relação aos outros varia de acordo com a situação considerada, essas premissas foram moldadas por experiências de Batalhas com o passar de milênios, tendo como referências grandes pensadores da evolução da estratégia.

A Força Terrestre poderá empregar os seguintes Princípios de Guerra: **Objetivo, Ofensiva, Simplicidade, Surpresa, Segurança, Economia de Forças ou de Meios, Massa, Manobra, Moral, Exploração, Prontidão e Unidade de Comando**, suas definições conceituais serão abordadas na atuação da “Brigada Fontoura.

5.3 Emprego da Força Terrestre

De acordo com Manual Doutrina Militar Terrestre os elementos da Força Terrestre podem ser empregados a realizar três operações básicas: **ofensiva, defensiva** e de cooperação e coordenação com agências, serão abordadas nesse trabalho apenas as duas primeiras por estarem relacionadas com os conflitos paulistas de 1932.

As operações **defensivas** são caracteriza-se por “uma atitude temporária adotada deliberadamente ou imposta ante uma ameaça ou agressão, até que se possa retomar a ofensiva.” Segundo Manual de Operações Ofensiva e Defensivas são fundamentos das operações defensivas: **apropriada utilização do terreno; segurança; apoio mútuo; defesa em todas as direções; defesa em profundidade; flexibilidade; máximo emprego de ações ofensivas; dispersão; utilização do tempo disponível; e integração e coordenação das medidas de defesa, o uso apropriado desses fundamentos darão condições favoráveis ao sucesso durante as missões** (BRASIL, 2019).

Já as operações ofensivas são definidas pela iniciativa das operações em relação ao inimigo, seja concentrando as ações em áreas de interesse ou as

desencadeando em território inimigo, para obter vantagens políticas e militares, que visam às futuras negociações de paz. Segundo Manual de Operações Ofensiva e Defensivas são fundamentos das operações ofensivas: **manutenção do contato; esclarecimento da situação; exploração das vulnerabilidades do inimigo; controle dos acidentes capitais do terreno; iniciativa; neutralização da capacidade de reação do inimigo; fogo e movimento; impulsão; concentração do poder de combate; aproveitamento do êxito; e segurança.** Tais fundamentos norteiam o planejamento dos comandantes para realizarem as ações ofensivas no campo de batalha (BRASIL, 2019).

6. A “BRIGADA” FONTOURA

O então Coronel João Guedes da Fontoura Comandante do 2º Regimento de Infantaria, foi designado ao Comando de um dos Destacamentos militares pelo General Pedro Aurelio Góes de Monteiro em cumprimento da ordem de operações nº 3 da 1ª Divisão de Infantaria, durante a fase inicial da eclosão da Revolução Constitucionalista. Assim, assumiu a partir de 12 de julho de 1932, uma parte do efetivo das tropas do Governo Provisório, essa constituição passou a ser denominada como “Destacamento Coronel Fontoura”.

Dessa forma, a **unidade de comando** foi instituída pelo então Coronel Fontoura, que durante sua campanha foi promovido a General de Brigada, em 26 de setembro de 1932. A unidade de comando é o princípio de guerra que fica caracterizado na atribuição da autoridade a um só elemento, ou seja, à pessoa do comandante. A aplicação decisiva do poder de combate exige unidade de comando e possibilita a unidade de esforços, pela coordenação de todas as Forças e cooperação das agências, de forma integrada, no amplo espectro dos conflitos sobre um objetivo comum. Nas guerras contemporâneas não se admite o emprego de Forças Armadas em campanhas isoladas. Sendo assim, a combinação dos meios e a convergência de esforços tornam-se fundamentais para que fosse obtido o máximo rendimento das forças disponíveis sendo direcionados pela unidade de comando (BRASIL, 2019).

Ao final de sua jornada da Revolução Constitucionalista, como comandante, o General Fontoura elaborou um relatório oficial de seu Destacamento, esse documento é alusivo aos serviços e operações inseridos no escopo das tropas federais do Governo Provisório, no período de 12 de julho a 15 de outubro de 1932, contra as ações dos revolucionários paulistas no conflito da Revolução Constitucionalista. Atualmente esse documento encontra-se no Arquivo Histórico do Exército no Rio de Janeiro, em seu conteúdo relata as ações do Destacamento desde sua constituição, passando por ações administrativas e operacionais.

A “Brigada” Fontoura foi formada pelas seguintes tropas: 2º Regimento de Infantaria⁴; o 3º Batalhão de Caçadores⁵; 4ª Bateria / 1º Regimento de Artilharia

⁴ Comandado pelo Tenente Coronel José da Silva, com efetivo de 43 oficiais, 76 sargentos e 626 praças, composto por 3 Batalhões de Infantaria.

Montada⁶. Posteriormente foram incorporados ao destacamento: 1/2-1º Regimento de Cavalaria Divisionária⁷; a 6ª Bateria do 2º Regimento de Artilharia Montada⁸, 1ª Bateria do 1º Grupamento de Artilharia Pesada (G. A. P.)⁹; 3ª Bateria do 1º G. A.P.¹⁰ e mais uma peça do 1º G.A.P.¹¹; 4º Batalhão da Força Pública do Estado do Pará¹²; 2º Batalhão da Brigada Montada¹³ do Rio Grande do Sul; o 19º Batalhão de Caçadores¹⁴; 1º Batalhão da Força Pública do Estado de Sergipe¹⁵, que passou a disposição em 5 de setembro.

Dessa maneira, as unidades que formaram a “Brigada” Fontoura estavam diretamente associadas as **funções de combate**, direcionadas pelo conjunto de atividades, tarefas e sistemas inter-relacionados, efetivados por unidades das diferentes armas, quadros e serviços do Exército e das Forças Públicas de diferentes estados da nação brasileira.

Assim, o Destacamento Fontoura atuou de forma organizada semelhante, guardando as devidas proporções, ao escalão que possuímos atualmente na Força Terrestre chamado de escalão Brigada, que segundo Manual Brigada de Infantaria C 7 -30, a define como grande unidade básica que combina as diversas armas, quadros e serviços para desempenhar as diversas missões de guerra ou administrativas, com capacidade de atuar de forma independente e de durar na ação (BRASIL, 1984).

Graças a rápida mobilização para a formação da “Brigada” Fontoura, a partir de 12 de julho de 1932, pode-se relacionar a sua implementação ao princípio de guerra da **prontidão** que é definido como a capacidade de pronto atendimento das Forças Armadas para atender às situações em que podem ocorrer em ambiente de

⁵ Comandado pelo Coronel Heitor Augusto Borges, com efetivo de 11 oficiais, 35 sargentos e 378 praças.

⁶ Comandada pelo Capitão Júlio Tavares, com efetivo de 4 oficiais, 10 sargentos e 74 praças.

⁷ Comandada pelo Major Alfredo Simas Enéas, com efetivo de 200 homens.

⁸ Comandada pelo Capitão Ismar Palmeiro Escobar, com efetivo de 4 oficiais, 13 sargentos e 80 praças.

⁹ Comandada pelo Capitão Geraldo de Camino, com efetivo de 5 oficiais, 13 sargentos, 83 praças e 97 animais.

¹⁰ Comandada pelo Capitão Cleisthenes Barbosa, com efetivo de 5 oficiais, 7 sargentos e 55 praças.

¹¹ Comandada pelo 1º Tenente Leônidas Oscar Correa de Moraes, com um efetivo de 2 oficiais, 2 sargentos e 19 praças.

¹² Comandado pelo Tenente Coronel João Costa, com efetivo de 13 oficiais, 55 sargentos e 355 praças.

¹³ Comandado pelo Tenente Coronel Orestes Carneiro da Fontoura, com em efetivo de 23 oficiais, 43 sargentos e 353 praças.

¹⁴ Comandado pelo Capitão Vitor Cesar da Cunha Cruz, com efetivo de 20 oficiais, 32 sargentos e 187 praças.

¹⁵ Comandado pelo Tenente Coronel Teodoreto Camargo do Nascimento.

combate, que levaria o seu acionamento. A prontidão está orientada na organização, no adestramento, na doutrina, nos meios e no profissionalismo das forças, baseado nas suas funções militares: comando, inteligência, planejamento, operações, logística e mobilização. Dessa forma, a prontidão é vista como característica essencial para operações de combate, envolvendo o preparo contínuo permanente de seus componentes (BRASIL, 2019).

No relatório do Destacamento Fontoura em seu preâmbulo o seu comandante revelou uma série de dificuldades para executar as suas tarefas durante os conflitos, chamadas pelo General de insuficiência prática da tropa federal, desde a parte logística, de instrução como de efetivo de pessoal, dentre elas podem ser destacadas: “se para a habilitação do soldado os recursos são parcos, para a dos oficiais quase nulos ... a eficiência de qualquer tropa deriva, antes de tudo, dos meios materiais de instrução... Tropas sem homens, armas, cavalos, munição, viaturas, ferramentas, equipamentos, telêmetros, binóculos, bússolas, cartas, etc”. O General comentou sobre a sua preocupação em falhar em sua missão precípua de Defesa da Pátria, mas mesmo naquelas condições difíceis marcharam para campanha.

O General expôs também, os óbices de efetivo pessoal, em destaque de elementos especializados em topografia “uma falha cuja dificuldades consequentes muito se fizeram sentir foi a de elementos especializados em desenho topográfico. Trabalhando com cartas em escalas diminutas não só para o planejamento de operações de detalhe da capacidade mesmo do Batalhão”. A falta de cartas topográficas dificultava a emissão de ordens e divisão das zonas de ação das subunidades e as exíguas documentações gráficas que as unidades conseguiam geralmente já tinham perdido a oportunidade e significação informativa quando chegavam a seu destino, além de apresentarem grandes imperfeições.

O serviço logístico de subsistência também foi criticado pela falta de materiais como as cozinhas de campanha rolantes que deveriam ser de dotação regulamentar, além de utensílios inadequados para transporte de comida e o próprio abastecimento inadequado de gêneros que eram totalmente dependentes da capital Federal.

Como referência positiva logística o General abordou a questão de substituição de material bélico e de remuniciamento, “jamais os corpos deixaram de ser, incontinente, atendidos em seus pedidos de munição e armamentos, sendo-lhes

estes sempre entregues completamente limpos e prontos para entrar em ação”. Tal fato foi consequência do eficiente planejamento organizado do estoque de materiais classe V (armamento e munição).

O General Fontoura também destacou a atuação de seus comandados, registrou que estes responderam de maneira pronta, enérgica e disciplinada às suas ordens, sejam em operações militares ou em tarefas administrativas, o que facilitou o avanço do Destacamento em todas as frentes em que atuaram. Contudo, segundo Stanley Hilton em sua obra aborda que o coronel Fontoura tratou de forma cética, em julho de 1932, as qualidades gerais dos oficiais federais “ Se há alguns oficiais que não saibam cumprir seu dever, ponde-os fora do Regimento e assim prestais ao Exército o grande serviço de indicá-los para que sejam devidamente punidos e não se confundam com soldados e patriotas da vossa estirpe”, o que mostrava que a havia uma variação na qualidade dos líderes que conduziam as tropas (HILTON,1982).

No que tange a **liderança** para o Exército Brasileiro é definida pela Doutrina Militar Terrestre como uma das competências que confere a pessoa ter a aptidão de dirigir e influenciar outros militares, com o uso de ferramentas como a motivação, objetividade e exemplo. Nos ambientes nos quais se desenvolvem as operações terrestres é de capital importância que os comandantes e líderes dos elementos da Força Terrestre sejam extremamente adaptáveis, capazes de empregar com eficácia as competências relacionadas ao pensamento crítico e à criatividade (BRASIL, 2019). Assim ficou evidente a liderança indireta da “Brigada” Fontoura na qual o General comandante exerceu a sua influência, atuou por intermédio de outros comandantes a ele subordinados para direcionar a conquista dos objetivos do escalão superior.

7. A ATUAÇÃO DA “BRIGADA” FONTOURA À LUZ DA DOCTRINA MILITAR TERRESTRE

7.1 Operações em Formoso e São José do Barreiro

Em suas missões operacionais o Destacamento inicialmente recebeu missão, por intermédio da Ordem de Operações da Divisão de Infantaria nº 2, de instalar-se **defensivamente** na região de Formoso, com **objetivo** de barrar o trânsito pela rodovia, além de coletar informações relativas ao percurso para São José do Barreiro. O princípio de guerra objetivo prescreve o estabelecimento de alvos claramente definidos e atingíveis, com intuito de obter-se os efeitos desejados do escalão superior. Essa seleção e definição desses efeitos são fundamentais para a condução da guerra, garante que todas as ações militares decorrentes concorram para um único fim, os esforços são somados para evitar desperdícios de forças em ações que não contribuam para o cumprimento da missão (BRASIL, 2019). Dessa maneira, o princípio de guerra **objetivo** foi ligado diretamente aos pontos intermediários cruciais para alcançar a vitória decisiva conforme determina a Doutrina Militar Terrestre.

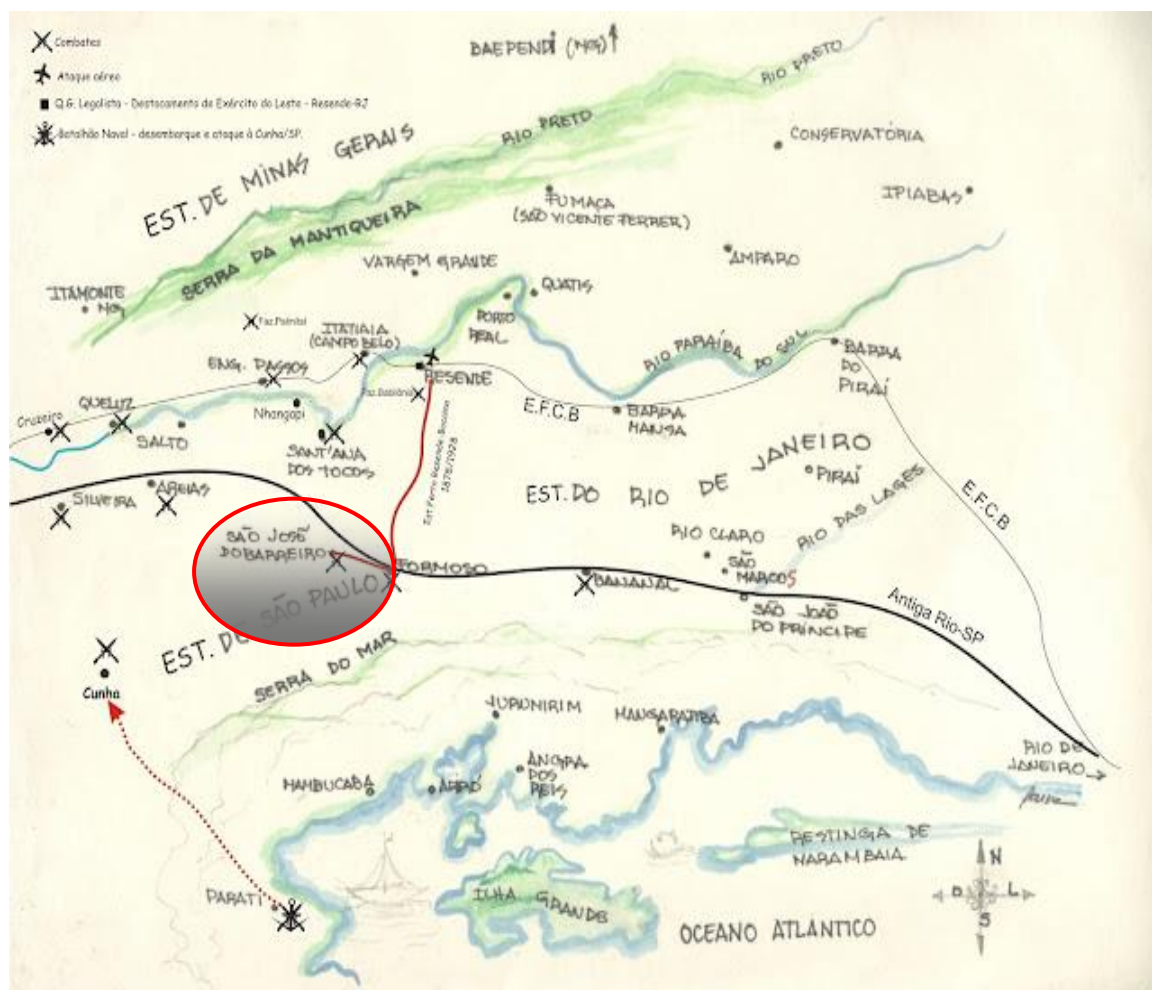


Figura 7: Mapa esboço da frente Leste (destaque para São José do Barreiro)

Fonte: <http://paraibanova.blogspot.com/2015/07/calibre-32-resende-em-armas-revolucao.html>

Por intermédio da ordem de operações da 1ª Divisão de Infantaria nº 3, foi determinado para que o Destacamento melhorasse as instalações defensivas da região de Formoso e atualizasse suas ordens e croquis, alinhados com o princípio de guerra da **segurança**, com intuito de não permitir que o inimigo obtivesse vantagem inesperada. A segurança é o princípio que incide nas medidas para a preservação do poder de combate necessário e direciona o emprego eficiente das Forças Armadas, cujo objetivo é: impedir o ataque surpresa inimigo; negando suas ações em pontos decisivos, em nosso dispositivo ou de nossos efetivos (BRASIL, 2019).

Com a ordem de operações da Divisão de Infantaria nº 5, o Destacamento passou a tomar a iniciativa com **estratégias ofensivas**, ou seja, passou a explorar a iniciativa das ações. A ofensiva é o princípio que definido por direcionar a ação

bélica ao inimigo, de forma a se obter e manter a iniciativa das ações, estabelecer o ritmo das operações, determinar o curso do combate e, assim, impor sua vontade. A ação ofensiva é fundamental para obtenção de resultados decisivos, bem como para manter a liberdade de ação, sendo impulsionada pela audácia. Mesmo nos momentos em que esteja numa postura defensiva, o comandante deve procurar, por todos os meios, reverter a situação e retomar a postura ofensiva o mais rápido possível. Com isso, o princípio da ofensiva é fundamental para propiciar a imposição de sua vontade que levará a angariar seus objetivos traçados (BRASIL, 2019). Assim, recebeu a missão de desencadear o ataque tendo como **objetivo** claramente definido na conquista, manutenção de São José do Barreiro.

Com isso procurou ocupar a região, para impedir o reforço inimigo para Areias em todas as vias na direção Norte e Nordeste. Contou para esse ataque com **apoio da função de combate Fogos**, por intermédio de sua **Artilharia** de Campanha ao longo da estrada Rio-São Paulo, que barrou todas as entradas que se dirigiam para Norte e Nordeste. A função Fogos é o conjunto de atividades, tarefas e sistemas inter-relacionados, que garantem o emprego coordenado das armas de fogos cinéticos, orgânicos da Força ou conjuntos, integrados pelo processo de planejamento e coordenação de fogos (BRASIL, 2019). Essa função foi ressaltada diversas vezes pelo General Fontoura devido a sua importância “não houve obstáculo que ela não vencesse, inclusive a transformação pela boa vontade e espírito de cooperação e de apoio à Infantaria” (FONTOURA, 1932).



Figura 08: Peça de Artilharia utilizada na Guerra Paulista
Fonte: ROSA, (2019 a, p.94)

A **manobra** contra São José do Barreiro consistiu na fixação dos revoltosos no corte de estrada Rio-São Paulo e uma tentativa de duplo desbordamento. Segundo o General Fontoura os avanços de ambos os flancos do dispositivo trouxeram resultados para a queda da Vila, o que garantiu o sucesso do planejamento. A Manobra é o princípio de guerra que se caracteriza pela aptidão de mover forças de forma assertiva e rápida de uma posição para outra, com intuito de obter superioridade, aproveitar o êxito alcançado e preservar a liberdade de ação, também para diminuir as próprias vulnerabilidades. A finalidade da manobra é criar, pela utilização da mobilidade de um conjunto de forças, uma situação favorável para alcançar objetivo estratégico ou tático (BRASIL, 2019). Dessa maneira, os meios foram dispostos de forma tal que as forças constitucionalistas estavam dispostas em situação de desvantagem, o que contribuiu para que os propósitos pretendidos fossem alcançados com menores perdas de pessoal e material (FONTOURA, 1932).

Tal feito foi possível após uma organização do dispositivo desde 15 de julho de 1932, com o deslocamento do 3º Batalhão de Caçadores para a Fazenda Sertãozinho, do 1º Regimento de Cavalaria Divisionária que cobriu o flanco direito do destacamento na direção da Fazenda da Grama, ao centro deslocou-se o 2º Regimento de Infantaria, e ao flanco esquerdo estava o Batalhão Baiano. A ofensiva foi intensificada em 27 de julho por intermédio da ordem da 1ª Divisão de Infantaria que delegou a missão ao Destacamento Fontoura de “procurar, apoiado pela artilharia à disposição, ocupar a região de São José do Barreiro, ou pelo menos impedir ou perturbar o reforço de Areias pelos seus defensores”, missão integralmente cumprida pela “Brigada” que ocupou, ultrapassado a vila a partir de 30 de julho de 1932 (FONTOURA, 1932).

Cabe destacar o registro do General Fontoura para ação em São José do Barreiro “não é fácil a este Comando – e o muito envaidece destacar qualquer corpo na ação contra São José dos Barreiro, em que todos porfiaram com o melhor de suas renovadas energias e o mais forte espírito de dedicação à causa que defendemos”. Dessa forma, o **moral** de suas tropas se manteve em alto nível que contribuiu para o prosseguimento de suas ações. Esse princípio de guerra determina o estado de entusiasmo de um indivíduo, ou de um grupo, que influencia diretamente na conduta da força militar. O equilíbrio da tropa está ligado a qualidade dos indivíduos que dele integram, de suas aceitações às ações do comandante, à disciplina, ao risco, adestramento e liderança (BRASIL, 2019). Sendo assim, os

grupos com ânimos elevados da Brigada Fontoura refletiram nas suas condutas durante as suas ações em combate (FONTOURA, 1932).

Ainda, foi apontado no Relatório Destacamento Fontoura que durante toda a ação da “Brigada” seus integrantes mantiveram no decurso de suas ações os **serviços de saúde, reabastecimento, remuniciamento e transmissões de mensagens**, funcionaram com regularidade os trabalhos de comunicações e logística, o que garantiu a capacidade de manterem-se nas ações ofensivas. O Comando e Controle agrupa um conjunto de atividades, tarefas e sistemas interrelacionados que possibilitam aos comandantes o exercício da autoridade e a direção das ações, essa função combinou também a arte do comando com a ciência do controle. Destaca-se que todas as funções de combate são integradas graças as atividades da função de combate Comando e Controle. Já a Logística é o conjunto de atividades, tarefas e sistemas inter-relacionados para fornecerem apoio e serviços, que assegurou a duração nas campanhas e permitiu a amplitude de alcance nas operações de combate (BRASIL, 2019).

A **surpresa** é o princípio que direciona o planejamento militar em golpear o oponente onde, quando ou de forma tal que ele não esteja preparado. Seu intuito é ter a seu favor, de forma definitiva, a correlação das forças em combate. Tal princípio mostra que os esforços devem preparados e direcionados de forma a surpreender o inimigo podendo ser angariados resultados superiores ao esforço despendido, contrabalançando fatores adversos (BRASIL, 2019). Esse princípio pode ser relacionado ao emprego da aviação de ataque em São José do Barreiro “foi feito com êxito o emprego da aviação no auxílio direto ao ataque, missão esta que era então privilégio da artilharia” o efeito da 5ª arma foi surpreendente descreveu Pessoa “o temor invadiu a tropa inimiga que era sobrevoada, a tal ponto que muitos soldados foram feitos prisioneiros quando, tendo abandonado as armas procuravam abrigos contra-ataques aéreos”. Com isso, foram intensificados o uso da aviação para fins táticos, tendo como finalidade definida pelo General Góis Monteiro de desorganizar e abater o moral dos revoltosos (HILTON, 1982).



Figura 09: Avião legalista sobre as tropas paulistas, um WACO CSO apelidado de “vermelhinho”

Fonte: JÚNIOR, p.18



Figura 10 :Campo dos Afonsos principal base aérea do Exército durante a revolta de 1932

Fonte: MacCain, 2009

O Coronel Euclides Figueiredo, que atuou pelo lado paulista, também registou a atuação das tropas federais em São José do Barreiro, conforme relato a seguir:

Nos dias subsequentes, o inimigo voltou as suas atividades para São José do Barreiro e ali atacou violentamente, com grande **massa de infantaria, artilharia e aviação**. O efetivo dos elementos em São José do Barreiro era:

2 batalhões de infantaria, 2 companhias do 5º B.C.P., menos um pelotão, bateria de montanha, 1 bateria de A.M., 1 pelotão do 2º R.C.D. ... Passou, por isso, o Destacamento Andrade a ocupar a nova linha, balizada por Morro de Santo Antonio Morro-Frio Fazenda Palmeiras Passa -Fazenda - Vinte Euleutério- Fazenda - Santa Rita e Fazenda Paredão. Aprecie-se a extensão da frente coberta por esse Destacamento; quase nenhum escalonamento em profundidade...Esse retraimento do Destacamento Andrade, que abandonava São José do Barreiro aos ditatoriais, teve a vantagem de fazer desaparecer o saliente que aquela posição representava no dispositivo da Divisão. Porfiámos em ocupar São José do Barreiro, na esperança de prosseguir, do lado da via férrea, de Salto para Rezende. **São José do Barreiro era, pois, dentro dessa ideia de ofensiva, uma posição avançada na rodovia, vigiando em direção a Formoso e mais além.** O mês de agosto não se iniciara com muita felicidade para as armas constitucionistas. Era de prever-se que, caído Barreiro, o inimigo procuraria retomar o contato que perdera com o Destacamento Andrade, ao tempo em que forçaria também a frente Salto. Mas como responder ao ataque? Onde estavam as reservas necessárias? Como, ao menos, reforçar as posições, especialmente as do Destacamento Agnelo, tão fracas em defensores, por sua quantidade e qualidade? Já escasseava também o armamento em São Paulo. Crescera a crise de munições, que tanto nos afligia. Providências tinham sido tomadas, afirmava-se, mas nada chegara (FIGUEIREDO, p. 204, 1954).

Dessa forma, o princípio da **massa** e o emprego combinado dos elementos do poder de combate foram decisivos para a conquista de São José do Barreiro, o que forçou o retraimento dos paulistas. Esse princípio abrange o uso de forças superiores às do inimigo, em termos de quantidade, qualidade e força, em locais críticos, no momento devido, com aptidão para apoiar esse esforço, enquanto necessário. A sua utilização habilitou, os efetivos do Governo provisório, alcançarem vantagens cruciais em locais decisivos (BRASIL, 2019).

A função Movimento e Manobra é o conjunto de atividades, tarefas e sistemas inter-relacionados, empregados para deslocar forças, de modo a organizá-las em condições de vantagem em relação ao inimigo. O Movimento está associado ao deslocamento de forma ordenada das forças e visa o cumprimento de uma missão, em condições sem a previsão de interferência do oponente. Já a Manobra é o deslocamento de uma tropa que esteja em contato, ou que tenha a previsão de contato, com uma força oponente (BRASIL, 2019). Os elementos de **movimento e**

manobra exerceram o seu protagonismo nos combates “se houve com a costumeira galhardia dos infantes brasileiros, sempre destemerosos e seguros na marcha para frente, com tranquilos e despreocupados diante dos obuses adversos” afirmou o General Fontoura em seu relatório (FONTOURA, 1932).



Figura 11: Tropas paulistas a caminho da frente de batalha durante a revolta de 1932

Fonte: MacCain, 2009

Segundo Hernani Donato a descrição da imprensa governista em São José do Barreiro foi

“Avançando até Barreiro, o Destacamento Coronel Fontoura encontrou aí séria resistência das forças paulista. Manobrou então para o norte, atacando violentamente as tropas que ocupavam a cidade. Obtendo êxito, esse destacamento avançou até as imediações de Areias. Os paulistas, sob pressão, se retiraram, primeiro a polícia de São Paulo, depois sucessivamente o 3º, do 4º RI, o 1º, do 6º RI e os contingentes de 12ºRI, num total de mil homens, todos, ao que parece sob o comando do major Quintiliano de Castro e Silva. Houve oitenta mortos paulistas, além de cem feridos, sem contar os prisioneiros. Deixaram mais os paulistas um armazém de reabastecimento e um depósito de munições”. (DONATO, p. 144, 1982)

A ordem de operações nº 7 depois da tomada de São José do Barreiro determinou o deslocamento do Destacamento na direção de Areias segundo o eixo da estrada Rio São Paulo.

Destaca-se que ao deixar São José do Barreiro inúmeros caminhões da “Brigada” Fontoura estavam sem condições de uso e devido a inexistência de oficina

mecânica adequada, não era possível repará-los. Foi determinado pelo comando do Destacamento a criação de oficina sobre rodas sob a chefia do 2º Ten Alberto Gomes, dessa forma organizaram em viatura equipamentos como compressor, dínamo gerador de energia elétrica, ferramentais, além de adquirir um guindaste aprisionado dos constitucionalistas, que ampliaram as capacidades logísticas e garantiu a mobilidade e rapidez das tropas (FONTOURA, 1932).

7.2 Operações em Morro Frio e Areias

A ordem nº 14, de agosto de 1932, colocou o Destacamento em situação de alto-guardado, que permitiu proceder as operações de reconhecimento, a **manutenção do contato** é um fundamento das operações ofensivas que “garante ao comandante de qualquer escalão a obtenção de informações sobre o inimigo” (BRASIL, 2017), além do retorno ofensivo contra os paulistas, oriundos de Morro Frio e ao mesmo tempo favoreceu a mudança de frente do Destacamento Coronel Colatino.

Com a nova missão o 2º Batalhão do Rio Grande atravessou o Ribeirão Santana, cuja ponte havia sido destruída pelos paulistas em seu retraimento, a ação foi combinada com o 4º Batalhão do Destacamento Coronel Colatino. A operação de travessia e estabelecimento de cabeça de ponte foi apoiada pelo fogo com a 3ª Bateria do 1º Grupo de Artilharia Pesada, que bateu de forma eficiente os paulistas entrincheirados no morro Passa Vinte (FONTOURA, 1932).

Estabelecido o contato com os elementos avançados de Morro Frio foi possível realizar a manobra contra a posição defensiva paulista, principalmente por intermédio das **informações** obtidas pela **aviação**¹⁶, viu-se que a posição inimiga era fortemente organizada a esquerda da rodovia Rio-São Paulo, que se estendia de forma agrupada, entre altos taludes e desfiladeiros. As informações disponíveis permitiram a exatidão da consciência situacional facilitaram o processo decisório, possibilitaram também modificar o desempenho das forças empregadas e de seus respectivos sistemas de armas. Em consequência das informações obtidas e da dedução da linha mais provável dos paulistas, o Destacamento Fontoura buscou a fixação da frente e o desbordamento dos dois flancos (FONTOURA, 1932).

¹⁶ Vide croqui anexo D, p. 72.

O ataque nas posições do morro Frio e Areias contaram com ações ofensivas de **aproveitamento do êxito e perseguição**, no qual se aproveitaram de circunstâncias favoráveis que forçaram os paulistas a recuarem, esses avanços foram executados pelo 2º Regimento de Infantaria reforçado por uma Cia do 3º Batalhão de Caçadores e 1 (um) pelotão do 3º Batalhão Baiano que estavam em 1º escalão, de forma eficaz alcançaram posições até a linha de alturas de Fazenda Itagaçaba e alto da Lage, ocuparam o morro Serrote fechando as direções de Queluz (FONTOURA, 1932). Essa ação está ligada ao princípio da **exploração** que é o princípio caracterizado pelo aumento das ações ofensivas para garantir o sucesso inicial, sempre que for obtido um êxito estratégico ou tático, ou houver obtiver situação favorável (BRASIL, 2019).



Figura 12: Posição defensiva no Morro Frio em Areias

Fonte: <https://www.facebook.com/tudoporsaopaulo/>

No dia 6 de agosto de 1932, a partir de informações do 1º Regimento de Cavalaria Divisionária e do Batalhão Baiano foram transmitidas posições de elementos constitucionistas no Morro dos Santos e elevações próximas. A 3ª Bateria do Grupo de Artilharia Pesado conseguiu executar fogos com eficácia, que mantiveram os revoltosos entrincheirados, o que facilitou a infantaria ocupar posições vantajosas para o prosseguimento das operações (FONTOURA, 1932).

As ações nessa região foram registradas pelo General Fontoura:

O desenvolvimento da ação contra morro Frio e Areias e a presteza, decisão e extensão com que foram explorados o sucesso e realizada a perseguição – simplesmente com elementos de infantaria dão motivo de satisfação a este comando que, reconhecendo a dedicação e o esforço de toda sua tropa e a diligência e energia da totalidade de seus oficiais não pode entretanto deixar de distinguir as unidades do 1º escalão pela maneira porque se conduziram aproveitando-se da circunstancia de se acharem nas avançadas para demonstrarem seu arrojado “Ellan” de combatentes destros. Por tais razões elogio o Sr. Ten Cel Heitor Augusto Borges – Cmt do 1º escalão e os Srs Ten Cel João Costa – Cmt do Batalhão Baiano, Majores Eurico Peixoto – Cmt do 3º Batalhão de Caçadores, Antônio Alves Fernandes Távora- Cmt do I/ 2º R.I., Carlos Dubois – Cmt do III/ 2º R.I. e 2º Ten Paguet – Cmt do Pel do 1º R.C.D... (FONTOURA, 1932)

Segundo Hilton, em 10 de agosto de 1932, as tropas do coronel Colatino entraram em Areias, encontraram apenas 2 habitantes, de um total de 1300. Foram encontradas casas de moradia e comerciais, repartições e hospital, violados com equipamentos elétricos destruídos e alimentos saqueados (HILTON, 1982).

7.3 Operações em Córrego Fundo e Silveiras

A “Brigada” Fontoura desenvolveu ações ofensivas contra a resistência paulista fortemente organizada em Córrego Fundo e Silveiras entre agosto e setembro de 1932, nas quais os paulistas tinham objetivo de barrar a progressão das tropas federais que estavam se dirigindo na direção da capital de São Paulo. Nessas ações atuaram de forma estreita com o Destacamento do Coronel Colatino que estavam no seu flanco direito (FONTOURA, 1932).

Em 11 de agosto começaram as movimentações para reconhecimento e reestabelecimento do contato com o inimigo, após a espera do avanço do Destacamento do coronel Colatino que faria a cobertura do flanco direito da “Brigada” Fontoura na direção Córrego Fundo (FONTOURA, 1932).

Em 13 de agosto de 1932, a “Brigada” Fontoura foi bombardeada por ataques aéreos que atingiu o 2º Batalhão Gaúcho, o que obrigou o comando do Destacamento manter uma seção para proteger suas posições. Nesse mesmo dia o comando da “Brigada” expediu ordens gerais para continuar a progressão para se apossar de Córrego Fundo e das elevações que ficavam a Norte e Sul com o 2º

Batalhão Gaúcho e a 2º Companhia do 2º Regimento de Infantaria em 1º escalão, o 3º Batalhão de Caçadores em 2º escalão e em reserva o 2º Regimento de Infantaria, o 4º Batalhão Baiano (FONTOURA, 1932).



Figura 13: Artilharia antiaérea

Fonte: ROSA, (2019 a, p.91)

No dia 16 de agosto de 1932, após indícios de enfraquecimento das resistências paulistas, o 3º Batalhão de Caçadores e o 19º Batalhão de Caçadores conseguiram progredir, ao contrário do 2º Regimento de Infantaria e do 2º Batalhão Gaúcho que estavam detidos. O uso do bombardeio aéreo facilitou a progressão pelos flancos esquerdo e direito (FONTOURA, 1932).

Em 18 de agosto, a “Brigada” Fontoura recebeu ordens para que o 1º Regimento de Cavalaria Divisionária continuasse cobrindo o flanco esquerdo da Divisão de Infantaria, após a conquista de Silveiras pelo Destacamento deveriam proteger as direções de Bom Jesus da Bocaina e Campos Novos do Cunha e passaram a ser empregados como reserva móvel do Destacamento do Exército, não deveria se engajar sem ordens expressas. Tal ordem pode ser associada a economia de meios que é o princípio que fica caracterizado pelo uso eficaz das forças além da distribuição e emprego de forma econômicas dos meios disponíveis, com intuito a obtenção do esforço máximo nos locais e ocasiões decisivos (BRASIL, 2019). Dessa maneira, estava destinado o mínimo necessário indispensável de

poder de combate para ações secundárias, pois estava articulado como reserva do escalão superior.

No dia 28 de agosto foi relatado ao comando do Destacamento que na frente ocupada pelo 1º Regimento de Cavalaria Divisionário os paulistas acenaram com bandeiras brancas e simularam rendição ao saírem das trincheiras, com a aproximação das tropas federais romperam fogos de fuzis (FONTOURA, 1932).

Em 29 de agosto foi expedida a ordem para o Destacamento conquistasse Silveiras. Com o 3º Batalhão de Caçadores, o 2º Batalhão Gaúcho, o 4º Batalhão Baiano e o 19º Batalhão de Caçadores, para atacar os objetivos imediatos a suas frentes apoiados pela Artilharia, tendo como reserva o 3ª Batalhão do 2º Regimento de Infantaria que foi deslocada nas proximidades da estrada Rio-São Paulo para ficar em condições de ser empregada contra Córrego Fundo e Silveiras. Apenas em 30 de agosto as unidades federais começaram a consolidar suas posições conquistadas (FONTOURA, 1932).

A estrada Rio-São Paulo foi minada pelos paulistas em alguns trechos de Córrego Fundo à Silveiras, o que exigiu trabalhos de elementos da Companhia de Sapadores Mineiros do 1º Batalhão de Engenharia, com isso retardou também os avanços das tropas federais. Essa ação está relacionada com a função de combate **proteção** que segundo manual Doutrina Militar Terrestre a define como o conjunto de atividades, tarefas e sistemas empregados na preservação da força, permite que os comandantes disponham do máximo poder de combate para emprego. Assim mitigou as ameaças nas operações, o que preservou o poder de combate a população civil, contra a desativação de artefatos explosivos e garantiu a mobilidade das tropas federais. Destaca-se que os elementos de engenharia também atuaram na melhoria das condições de acesso nos pontilhões, nas vias de estradas que ligam Rio, São Paulo a Bom Jesus da Bocaina, além de abrir novas estradas para facilitar o apoio logístico e deslocamento de apoio da Artilharia (FONTOURA, 1932).

A 5 de setembro, pela ordem de operações nº 20, foi determinada a constituição de um grupo de Batalhões composto pelo 19º Batalhão de Caçadores, 3ª Companhia do 2º Regimento e Infantaria e uma companhia do 4º Batalhão Baiano, sob comando do Major José Carlo Dubois, com a missão de repelir os elementos avançados do flanco direito paulista e realizar ataques de desbordamento, com objetivo de alcançar Bom Jesus da Bocaina (FONTOURA, 1932).

Ainda em 5 de setembro, após interrogatório de oficial paulista aprisionado pelo 19º Batalhão de Caçadores, o então 2º Ten Francisco Chagas Printes, informou que os revoltosos pretendiam realizar ataques a esquerda das posições federais, que falhou pelo fato do mesmo ter sido capturado. Tal fato está ligado ao elemento de combate **inteligência** que é o conjunto de atividades, tarefas e sistemas interrelacionados empregados para garantir o entendimento sobre o ambiente operacional, as ameaças, os oponentes, o terreno e as considerações civis. Com base nas diretrizes do comandante, direcionou os esforços para obtenção do conhecimento¹⁷ (BRASIL, 2019). As tropas federais possuíam orientações (memento de 21 de julho de 1932, da 2ª seção do Estado Maior do Destacamento do Exército Leste) para realizar interrogatórios de forma a adquirir informações relevantes do inimigo.

As tropas do 19º Batalhão de Caçadores constataram fortes elementos paulistas na frente do dispositivo, coube ao grupo comandado pelo Major Dubois deslocar elementos do seu grupamento para cumprir as missões determinadas para neutralizar os paulistas pela ordem de operações nº 20. Os constitucionalistas continuavam de posse dos morros da janelinha, cafezal e melado, o que facilitava o apoio para os ataques no flanco esquerdo do dispositivo federal. A luta perdurou até às 22h, com os paulistas que atearam fogo nas matas, que obrigou as tropas abandonarem as trincheiras (FONTOURA, 1932).

Em 7 de setembro, o Major Debois comunicou que havia retomado as posições que haviam sido perdidas, porém estava sobre forte contra-ataque, que o fez utilizar-se de sua reserva. Tal fato levou o comando do Destacamento Fontoura a enviar uma Companhia Sergipana. Nessa ação não havia possibilidade de enviar reforços de artilharia, pois o terreno era acidentado e não havia estradas para aproximar as peças (FONTOURA, 1932).

Em 11 de setembro, o Destacamento progrediu em direção geral Silveiras – Cantagalo – Bom Jesus da Bocaina, atribuiu as seguintes missões: ao 3º Batalhão de Caçadores deveria reduzir as resistências inimigas, na direção de alturas ao Norte da estrada Rio – São Paulo, o 2º Batalhão Gaúcho para apossar-se das alturas a oeste e da localidade de Silveiras, o II/ 2º Regimento de Infantaria. deveria conquistar as alturas a Sul e Sudoeste de Silveiras, o I / 2º Regimento de Infantaria

¹⁷ Conforme anexo B, memento para interrogatório de prisioneiro, p. 67.

para conquistar as alturas que dominassem a estrada Bom Jesus – Silveiras, o 19º Batalhão de Caçadores para conquistar a localidade e o Batalhão Sergipano estava em reserva. Apenas no dia seguinte o avanço foi exitoso, foram aprisionados cerca de 112 homens entre os quais o comandante do 5º Batalhão de Caçadores Paulista, também foram apreendidos diversos materiais bélicos (FONTOURA, 1932).

A conquista de Silveiras “afrouxou todo dispositivo paulista, resultando em uma retirada desordenada” conforme relatou o General Fontoura (FONTOURA, 1932).

7.4 Atuação no Setor Mineiro

Com a ordem de operações da 1ª Divisão de Infantaria nº 11, após a tomada de Silveiras a “Brigada” Fontoura recebeu a ordem de agir na Frente Mineira para onde rocam seus meios, no qual permaneceram de 25 de setembro a 15 de outubro de 1932 (FONTOURA, 1932).

Após a chegada em Mogi-Mirim prosseguiram em ações ofensivas para cobrir a região dispendo a oeste o 8º Batalhão Pernambucano, o III/2º Regimento de Infantaria na região de Mogi-Guassu, o 3º Batalhão de Caçadores nas intermediações de Caputéra, face a Sul e Sudoeste, para cobrir a rodovia direção Campinas, elementos do 4º Batalhão Baiano na direção Conchal -Mogi-Mirim, o grosso do 2º Regimento de Infantaria e 2 Baterias em posição em Mogi-Mirim (FONTOURA, 1932).

Em 26 de setembro, foram realizados reconhecimentos na direção Morro Vermelho, Fazenda Vatinga e Sítio do Campo que estavam de posse paulista, com intuito de manter o contato com o inimigo. Após reconhecimentos ofensivos do 8º Batalhão Pernambucano e do 3º Batalhão de Caçadores, conseguiram repelir os revoltosos e apreender materiais de guerra (FONTOURA, 1932).

Em 30 de setembro prosseguiram na direção Arthur Nogueira, nesse deslocamento foram detidos na estrada Pinheiros – Fazenda Santa Rosa, que momentaneamente obrigou um retraimento. Em 1º de outubro o 2º Regimento de Infantaria ocupou Arthur Nogueira, após abandono do local pelos paulistas. Ainda nessa data o Destacamento recebeu notícias da evacuação de Campinas pelos revoltosos, tendo como ordem a ocupação com o grosso das tropas em Arthur Nogueira (FONTOURA, 1932).

A 3 de outubro de 1932 já tinham sido suspensas as hostilidades, a “Brigada” Fontoura recebeu ordens para preparação do seu reatamento e dissolução pelo término nos conflitos armados.

8. CONCLUSÃO

A Revolução Constitucionalista faz parte da história da construção da democracia e da consolidação dos tempos de paz no Brasil, contou com a participação relevante do componente militar para solução do conflito armado, dentre os integrantes das forças federais, estava a bem-sucedida “Brigada” Fontoura, que atuou prontamente com suas capacidades operacionais face aos conflitos que na época foram exigidos.

Em síntese, a Revolução Paulista resultou na vitória das tropas federais do Governo Provisório no campo militar em face da guerra convencional ocorrida. O sucesso foi alcançado em virtude das ações dos Destacamentos formados, como a “Brigada” Fontoura, que anularam as pretensões dos revoltosos paulistas, por intermédio de ações defensivas e ofensivas, cujas tropas integraram militares e voluntários civis de vários estados brasileiros. Dessa maneira, aplicaram a combinação dos elementos do poder de combate existentes à época, alinhados pelos princípios de guerra e formas de emprego utilizados pela atual Doutrina Militar Terrestre.

A **prontidão** foi um dos princípios de guerra utilizados pela Força Terrestre, sendo fundamental para que as forças governistas fossem empregadas rapidamente, o que garantiu os resultados decisivos na contenção dos revoltosos nas diversas frentes de batalha, o que isolou os paulistas no seu território.

O fator **liderança** foi evidenciado pelos chefes das organizações militares da “Brigada” Fontoura, como foram bem relatados pelo General Fontoura, os diversos comandantes de frações atuaram de forma determinante para consecução dos objetivos militares, alcançados graças a direção correta dos elementos de combate.

O elemento do poder de combate **movimento e manobra** foi essencial para obtenção das vitórias e conquista dos territórios estratégicos, das tropas policiais e de infantaria do Destacamento Fontoura, que estavam de posse dos revoltosos, como em São José do Barreiro, Córrego Fundo, Silveiras, Areias e Mogi-Mirim, o que desestimulou o avanço dos paulistas em tomar a capital Federal do Rio de Janeiro.

O **apoio de fogo** foi crucial em vários momentos do combate, o que garantiu o avanço dos elementos de manobra em situação mais favorável para conquista de

idades e acidentes do terreno, que foram projetados como objetivos táticos de guerra.

O uso da **aviação** ora em missões de reconhecimento ou de ataque garantiram vantagens decisivas para os avanços do Destacamento Fontoura em especial em São Jose do Barreiro, o que permitiu ter informações precisas sobre as posições paulistas e facilitaram os planejamentos das operações.

A capacidade **logística** garantiu a permanência das tropas federais ao longo de todo conflito, o que impulsionou os diversos Destacamentos das tropas federais a reprimirem os paulistas nas várias frentes de combate. Ao contrário da escassez de ressuprimento de munição no final dos embates pelo lado paulista, que tiveram suas vias de ligações com os demais estados bloqueados.

Infere-se, ainda, que a estratégia da **defensiva** inicial em barrar o avanço paulista impediu a chegada na capital Federal, sendo substituída pela **ofensiva** em várias frentes de combate, o que causou dificuldade de reacompanhamento de material das tropas revoltosas paulistas.

Os relatos do General Fontoura ressaltaram as dificuldades em organizar as tropas para os conflitos na época, sejam por falta de pessoal especializado ou por óbices para aquisição de meios. Porém com a constituição de grandes comandos ou unidades, de forma semelhante ao que hoje se chama de Brigada, a exemplo do Destacamento General Fontoura, servidos por apoio logístico foram essenciais para atingir o sucesso na campanha Federal.

É certo que a Revolução de 1932 não está à altura de sua importância nos bancos escolares, ainda nos dias de hoje. No momento em que se amplia as pesquisas e os debates no meio acadêmico recolocamos os feitos do movimento no seu patamar devido.

Conclui-se, que o uso dos Destacamentos valor “Brigada” ressaltaram a necessidade de adaptar a organização de unidades da Força Terrestre brasileira, pois permitiram agregar capacidades de movimento e manobra, apoio de fogo e logística sob o comando único, em diversas Frentes de combate, o que permitiu o desdobramento das tropas federais.

Por fim, a Revolução Constitucionalista deve ser mais estudada, por conter diversos fatos relevantes necessários para entendermos a construção da História do Brasil, sejam nos aspectos psicossociais, políticos ou militares, além de apresentar oportunidades para ampliar o estudo da História Militar, no intuito de fortalecer a

unidade e coesão do Exército Brasileiro. O estudo da formação e atuação de todos os Destacamentos, valor “Brigada”, empregados pelas tropas federais carecem de mais análises por intermédio dos documentos primários, como forma de ampliar a memória de quem atuou nos conflitos armados ocorridos em solo brasileiro.

REFERÊNCIAS

APOLINÁRIO, Eric Lucian. **Inverno Escarlata 1932 vida e morte nas trincheiras do front leste**. Ed Gregory, 2018.

BANHA, Paulo Roberto. **História do Estado Maior do Exército**. Biblioteca do Exército, Editora Rio de Janeiro, 1984.

BENTO, Claudio Moreira. **A Revolução paulista de 1932 – Operações militares**. Defesa Nacional, Rio de Janeiro, n° 760, p. 101 a 111, 1993.

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **C 7 -30**: Manual Brigadas de Infantaria. Brasília, DF, 1984.

BRASIL. Exército. ECEME. **Elaboração de Projetos de Pesquisa na ECEME**. Rio de Janeiro, 2012.

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **EB20-MF-10.102**: Manual de Fundamentos – Doutrina Militar Terrestre. Brasília, DF, 2019.

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **EB20-MF-03.106**: Manual de Fundamentos Estratégia. Brasília, DF, 2020.

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **EB70-MC-10.202**: Manual de Operações Ofensivas e Defensivas. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Exército. ECEME. **Formatação de trabalhos acadêmicos**. 2. ed. Rio de Janeiro, 2007.

BRASIL. Exército. **História do Exército Brasileiro**. Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro e Brasília, 1972

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. **MD35-G-01**: Glossário das Forças Armadas. Brasília, DF, 2015.

DONATO, Hernâni. **A Revolução de 32. São Paulo, Ed Círculo do Livro**, 1982.

Departamento de Pesquisa e Pós-graduação (Exército). **Manual de Elaboração de Projetos de Pesquisa na ECEME**. Rio de Janeiro: ECEME, 2012.

FONTOURA, João Guedes da. **Relatório Destacamento General Fontoura**, Arquivo Histórico do Exército, 1932.

FIGUEIREDO, Euclides (coronel) **Contribuição para a História da Revolução Constitucionalista de 1932**. São Paulo: Martins, 1954.

HILTON, Stanley E. **A Guerra Civil Brasileira: História da Revolução Constitucionalista de 1932**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1982.

JÚNIOR, Manuel Cambeses. **O emprego do avião na Revolução Constitucionalista de 1932**. Disponível em:

https://www2.fab.mil.br/incaer/images/eventgallery/instituto/Opusculos/Textos/opusculo_rev32.pdf. Acesso em 29 de agosto de 2022.

LIMA, Luiz Octavio de. **1932 São Paulo em chamas**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.

MACCANN, Frank. **Soldados da pátria. Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2009.

MALUF, Nagiba Maria Rizék. **Revolução de 32: o que foi e por que foi**. São Paulo: Global, 2009.

MISTRELO, Lucas Palma. **Palavras de Revolução e guerra discursos da imprensa paulista em 1932**. São Paulo: Paco Editorial, 2018.

OLIVEIRA, Clovis de. **A Indústria e o Movimento Constitucionalista de 1932**. São Paulo: Federação e Centro de Indústrias, 1956.

PINHO, Celso Luiz. **1932 o túnel da discórdia**. São Paulo: Gregory, 2019.

RAMOS, Antônio. **Operações militares na Revolução de 1932**. 1989, Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado (Altos Estudos Militares) – Escola de Comando e Estado Maior do Exército.

ROSA, Ricardo Della. **Revolução de 1932**. São Paulo: Livros de Guerra, 2019.

SCHRAMM, Celso Krause. A importância da Doutrina – Um registro histórico. **Doutrina Militar Terrestre em revista**. Brasília -DF, ano 6, edição 016, pág 26 e 27, publicado em dezembro de 2018.

VILLA, Marco Antonio. **1932: Imagens de uma revolução**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

ANEXO A

Ofício 1ªRM/DI dando alerta sobre possível ação inimiga

1ª. R.M. e 1ª. D.I.
Estado Maior
3ª. Seção
Nº 87

Q.G. 18 - VI - 932

- I - De seja este comando, verificar as condições de execução pelos corpos de tropa desta D.I., de uma ordem inesperada que implique em rápido deslocamento dos mesmos.
- II - Para esse fim, procederá á visitas de improviso a cada um deles, admitindo no mesmo, que o corpo visitado acaba de receber uma ordem nos moldes da enunciada no item "I";
 - seja, para ser transportado por via ferrea ou marítima;
 - seja, para ocupar determinados pontos do terreno.
- III - Incidirá essa verificação, especialmente, sobre os seguintes pontos:
 - a)- meios disponíveis reunidos pelo corpo (material, pessoal, animais);
 - b)- deficiências apresentadas;
 - c)- presteza na execução da ordem;
 - d)- gráo de conhecimento, por parte do cmt. de corpo e demais responsáveis, das condições e necessidades do corpo, em consequência das informações prestadas no momento;
 - e)- gráo de preparação geral do corpo.

ANEXO B
MEMENTO PARA INTERROGATÓRIO DE PRISIONEIRO

DEST. EX. LESTE
ESTADO MAIOR
2a. SEÇÃO

Q. G. em BARRA MANIA, 21 de Julho de
1932

MEMENTO PARA O INTERROGATORIO DE PRISIONEIRO

- 1ª - Identificar o prisioneiro: (Cia., Btl., Regimento, etc.).
- 2ª - Captura: (Lugar, data, hora).
- 3ª - Composição, efetivos, armamento e munição da Unidade a que ele pertence.
- 4ª - Nome dos Comandantes das Unidades.
- 5ª - Enquadramento: Unidades vizinhas.
- 6ª - Unidades vistas: onde ? quando ?
- 7ª - Perdas havidas, data.
- 8ª - Moral.
- 9ª - Alimentação.
- 10ª - Soldo, si estão em dia.
- 11ª - Onde estão as Bias.; os aviões; etc.
- 12ª - Quais as estradas de ferro que estão em trafego.
- 13ª - Si estão dando instrução aos civis.
- 14ª - Si chamram reservistas.
- 15ª - Efeitos material e moral da nossa aviação e artilharia.
- 16ª - Quais os meios de transmissões empregados.
- 17ª - Qual o Comndo Geral e o das respectivas frentes.
- 18ª - Qual o Governo ou juntas constituídas atualmente; nomes dos componentes,

Jose Alves de Magalhães
Cof. chefe 2.ª Sec.

(Transcrito do Documento nº 1, da 2a. Seção do Estado Maior do Exército).

Fonte: Arquivo Histórico do Exército

ANEXO C

O histórico ofício de Klinger, enviado em 1º de julho de 1932 ao então Ministro da Guerra, foi nos seguintes termos:

Ofício n.372 – Q.G. em Campo Grande, 1-VII-32, - Ao exmo, sr. gen. de D. Augusto Ignacio Espírito Santo Cardoso, ministro da Guerra, o gen. de Bda. Bertholdo Klinger, em da Circ. Mil. – Objeto: A nomeação do sr. ministro.

–“ Sr, general. A nomeação de V. Exa, neste momento nacional para gestor dos negócios do Estado no Departamento do Exército, desponta por vários motivos, cada qual mais relevante conforme lealmente passo a expor:

1º) Neste momento nacional, repito, em que a Nação, notadamente o seu Exército esperava atos governamentais, claros, retos e firmes que, para melhor, traduzissem as escureças, sinuosidades e frouxidões com que o governo tem enunciado e concretizado os seus propósitos – eis que surge essa nomeação. O antecessor de v. exa. foi afastado, afinal, ao clamor suscitado pelo papel a que, desconhecedor do pessoal do Exército e ultra ambicioso se prestava, sancionando todos os assaltos a disciplina interna e externa, ao sabor dos caprichos de um punhado de extremistas, cada vez mais desvairados ante a repulsa ambiente. V. exa. tem justamente por principal título para substituir semelhante ministro – sem escurecer os que poderia ter numa situação normal – o de vir a prestar-se, presumivelmente, melhor ainda, ao mesmo papel. Toda a gente está vendo que foi fiador disso o filho de v. exa. capitão Dulcideo, extremista rubro da 13ª hora;

2º) O Exército desejará saber se o seu ministro resistiria a uma inspeção de saúde, dado a alquebramento fatal que os anos produzem. Que é, de supor, já há nove anos passados o levou a passar espontaneamente para a reserva. E somente “mens sana” ...

3º) V. exa. que, assim, não pôde infundir confiança do ponto de vista de sua necessária inteira posse da aptidão física, também só inspira fundadas apreensões sob o aspecto moral, pois, que foi um dos signatários, e até passa por inspirador, da famosa nota circular de uma comissão de sindicância nomeada nos primeiros dias da revolução dominante, nota que convidava os oficiais a delação de seus camaradas;

4º) V. exa. está há longos anos afastado do serviço ativo, como já lembrei, e nele não atingiu ao generalato nem fez curso de estado maior, de modo que jamais teve a responsabilidade e necessidade de cogitações de caráter de conjunto sobre os problemas do Exército, mormente em seu entrelaçamento com os demais problemas nacionais. Assim, a sua nomeação nada mais é que a reedição, treze anos passados, daquela celebre invenção do ministro civil nas pastas militares, coisa para a qual até hoje o Exército não tem a sua organização adaptada. Em particular v. exa. está alheio a toda a evolução associada a presença da missão militar francesa entre nós. Um civil, ou um militar que de militar apenas tem a lembrança e a pensão, embora esteja já de bastante tempo majorada graças a uma estranha chamada à atividade, semelhante detentor da pasta será ministro apenas na aparência: o prestígio

da autoridade, a disciplina, sofrem no fundo danos, ante a evidência do que os seus lugares-tenentes do gabinete é que vão dirigir os coronéis e os generais chefes dos serviços e comandantes das grandes unidades;

5º) Esse mesmo prestígio da autoridade, inclusive a do governo, essa mesma disciplina, saem risível se não deploravelmente, claudicantes diante da revelação surpreendente de que o governo não teve um general para ministro da Guerra, governo que, entretanto, discricionariamente, eliminou do serviço ativo um rol de generais e fez uma porção de generais novos. Nem dentre os que escaparam á grossa faxina, nem dentro os fabricados pela revolução revolucionária, um não se salva para dizer no Exército, a instituição mais combatida pela revolução dominante, a palavra da revolução nacional”.

Saúde e fraternidade – Gen. Bertholdo Klinger

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Bertoldo_Klinger

Boletim de informações

DEST. EX. LESTE

ESTADO MAIOR

2a. SECÇÃO

Quartel General em BARFA MANSA, 23 de
Julho de 1932.BOLETIM DE INFORMAÇÕES n.º 10**I - Situação geral,**A) Frente PARANÁ: Tropas do PARANÁ e RIO GRANDE atingiram FAXINA.B) Vale do PARAIBA - A la. D.I. em contacto estreito, continuando nossas tropas a progredir apesar da forte reação por parte do adversario. Continúa o movimento de tropas do Sul e Norte para a zona de operações.

1) Tropas chegadas ao RIO:

22ª B.C. e Btl. da Força Publica Baiana.

2) Tropas em viagem:

Forças Publicas de PERNAMBUCO; PARAÍBA e SERGIPE e Bia. de Mth. que se achava destacada em PARAIBA, além das já encaminhadas para o RIO.

C) Frente de MINAS

1) Frente do VALE DO PARAIBA - TUNEL e PIQUETE - sem alteração.

2) Demais destacamentos progridem rapidamente nas direções:

a) BRAGANÇA - JUNDIAÍ

b) OURO FINO - MOGY MIRIM

c) GUAXUPÉ - CASA BRANCA

d) GARAPAVA - RIBEIRÃO PRETO.

II - Informações sobre o inimigo.A) Frente PARANÁ

O adversario batido em FAXINA, pelas vanguardas do General WALDOMIRO LIMA, abandonou precipitadamente o campo da luta.

Foram apreendidos 200 caválos, varias metralhadoras abandonadas e regular material.

- Boletim de Informações nº 10, de 23 de Julho de 1932 - - 3 -
- recrutados apressadamente dentro da propria tropa;
 - que até a manhã do dia que estalou o movimento, ignorava, bem como a maioria da oficialidade, o que se passava;
 - que logo depois foi informado pelas autoridades, tratar-se de um movimento geral pró-constituição.

III - Informações da Aviação.

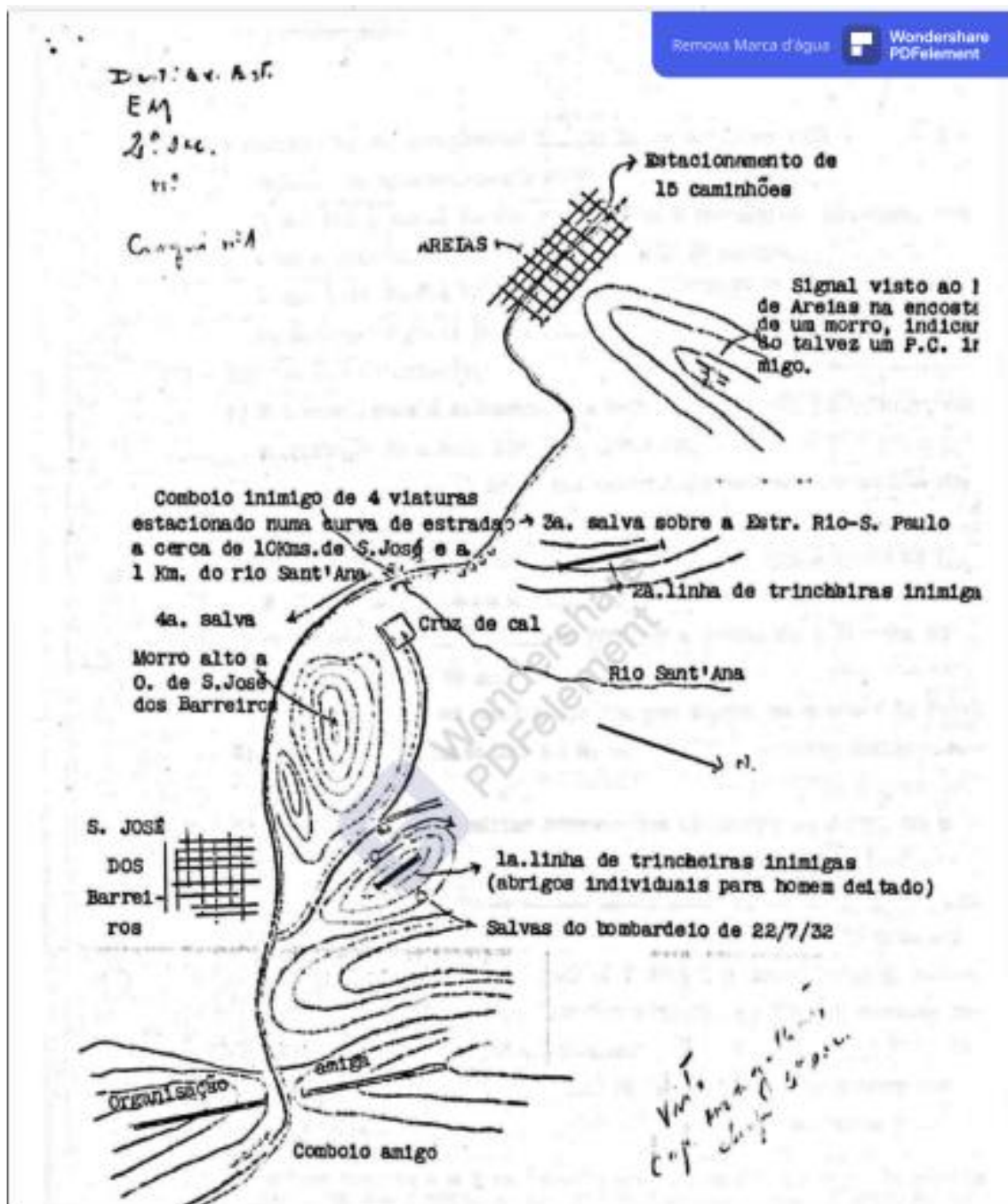
- 1) Foi confirmada a existencia de campos de aviação do inimigo; em preparação em CANAS, LORENA e CRUZEIRO.
- 2) Nenhum movimento de tropa foi assinalado no interior de SÃO JOSÉ DO BARREIRO.
- 3) Foram assinaladas trincheiras inimigas nas cotas a Oeste de SÃO JOSÉ DO BARREIRO e no alto da garganta do tunel da MANTIQUEIRA, atravessadas pela estrada de rodagem e dominando a entrada do tunel pelo lado de MINAS.
A entrada do tunel está obstruída por vagons da estrada de ferro.
- 4) Foi assinalado um painel ao N. de AREIAS, parecendo indicar um P.C. inimigo.
- 5) Foram assinaladas muitas composições de carros em CACHOEIRA e CRUZEIRO; nos desvios.
- 6) Nossos aviões lançaram bombas sobre composições na Est. de SALTO, em automoveis e cavaleiros a Oeste de AREIAS, nas organizações inimigas a Oeste de SÃO JOSÉ DO BARREIRO e sobre casas na estrada AREIAS - SÃO JOSÉ DO BARREIRO a 15 km. de AREIAS, de onde foram hostilizados a metralhadoras.

(a) PEDRO AURELIO DE GÓIS MONTEIRO

Gen. Cmt. Ex. Leste

Gen. cel.

NOTA - Anéxos croquis 1 e 2 da Aviação - Organizações inimigas da região Tunel da MANTIQUEIRA e SÃO JOSÉ DO BARREIRO - AREIAS sendo neste ultimo com a localização das bombas lançadas.



Fonte: Arquivo Histórico do Exército